

Unimed Nacional - Cooperativa Central
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

Página

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	8
Balancos patrimoniais.....	12
Demonstrações dos resultados (sobras e perdas)	14
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)	17
Sumário.....	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	19

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

As Unimed Sócias, colaboradores, ANS e demais interessados, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Unimed Nacional é uma cooperativa de segundo grau do Sistema Unimed, com foco na atenção e cuidados à saúde, atuando na comercialização de planos de saúde empresariais a nível nacional e em algumas regiões específicas; e ainda na prestação direta de serviços de saúde. Nosso quadro associativo é composto por 339 singulares Unimed.

Nossa gestão segue os princípios do Cooperativismo, e é pautada também pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

Figurando entre as maiores operadoras de planos de saúde do país, a Unimed Nacional encerra o ano de 2024 com 2.204.403 beneficiários distribuídos por todo o território nacional, com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Brasília (DF), Salvador (BA), Santo Antônio de Jesus (BA), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Itabuna (BA), Manaus (AM) e São Luís (MA), regiões das quais a cooperativa é responsável pela área de atuação.

Os clientes da Unimed Nacional são atendidos por prestadores de serviços de saúde credenciados, por rede própria e pelas singulares do Sistema Unimed em todo o Brasil.

Somos a maior Cooperativa do Sistema Unimed e exercemos papel fundamental no Intercâmbio Nacional, um dos pilares do Sistema Unimed. Em 2024 transferimos para nossas Unimed Sócios, pela prestação de serviços via intercâmbio, o montante de R\$ 5,15 bilhões de reais (4,34 bilhões em 2023), com crescimento de 18,7% em relação a 2023.

Economia e o mercado de saúde suplementar

Em 2024, a economia brasileira apresentou um desempenho superior ao esperado pelo mercado, no início do período. O crescimento do PIB atingiu 2,9% no terceiro trimestre, com projeções de mercado financeiro indicando crescimento de 3,49% para o ano completo. Esse resultado foi impulsionado pelo bom desempenho do setor de serviços e pela melhora do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho também apresentou sinais positivos, com a taxa de desemprego atingindo mínimas históricas, abaixo dos 7%, e a criação de aproximadamente 1,8 milhão de vagas com carteira assinada em 2024.

A inflação, por sua vez, exerceu forte pressão na política econômica do ano, com o IPCA/IBGE atingindo 4,83%. Dentre os grupos que compõe o indicador, destaque para o aumento de Alimentação e Bebidas (7,69%), Educação (6,70%) e Saúde e Cuidados Pessoais (6,09%).

No intuito de conter o ímpeto inflacionário para 2025, o Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa de juros Selic para 12,25% a.a. no final do ano, após ter registrado 10,5% a.a. entre maio e setembro.

Ainda no campo das ações governamentais, a aprovação da Reforma Tributária no Congresso Nacional foi um grande marco do período, pois estabeleceu um calendário para a sonhada simplificação do sistema tributário nacional.

Em relação ao setor de planos de saúde, em 2024 o número de beneficiários superou a marca de 52,2 milhões de usuários em planos de assistência médica, o maior número já registrado, com crescimento de 862.771 vidas em relação a dezembro de 2023.

A crescente demanda por planos de saúde e seus serviços sustentaram a pressão nos custos assistenciais, o que demandou forte atuação das operadoras junto aos prestadores, numa constante batalha para o equilíbrio das receitas vs. custos assistenciais.

Para 2025, o setor de planos de saúde ainda enfrenta desafios, como a necessidade de equilibrar a sustentabilidade financeira em um cenário crescente de demanda por tecnologia e inovação no setor, que exige investimentos constantes para garantir a qualidade dos serviços e a satisfação dos beneficiários.

Unimed Nacional: desempenho econômico-financeiro

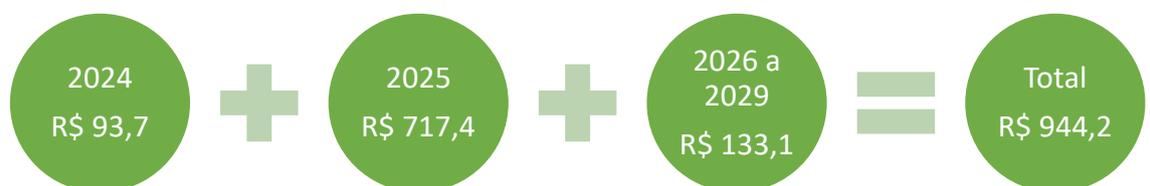
Os últimos anos tem sido bastante desafiadores para a Unimed Nacional, assim como para as demais operadoras de saúde suplementar no Brasil.

A Unimed Nacional aderiu ao TAOEF - Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras no final de 2023, seguindo o que define a RN N° 523, de 29 de abril de 2022, e que por isso obteve o prazo de 48 meses, podendo ser prorrogado por mais 12, para a recomposição de alguns indicadores regulatórios. Além disso, cessar a distribuição das sobras / lucros durante a vigência e comunicar às sócias sobre a adesão ao TAOEF.

Para fazer frente a este cenário, a Administração convocou uma Assembleia Geral Extraordinária com as sócias realizada em 15 de fevereiro de 2024, na qual foi apresentada uma proposta da administração de destinação dos prejuízos sendo, a absorção das referidas perdas no fundo de reserva legal (R\$ 204,7 milhões) e dos fundos de contingências (R\$ 376,7 milhões).

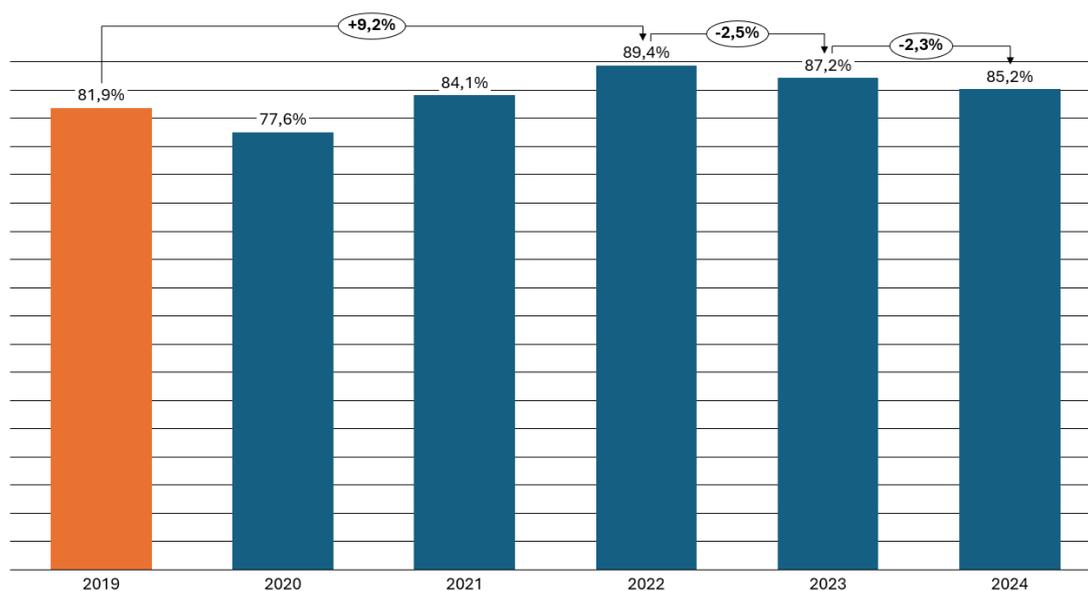
Além disso, com aprovação de 92% dos votantes na AGE, foi aprovada a criação de um Fundo Cooperativo Nominal para Recomposição do PL Ajustado (FCNRPLA) da Unimed. Este fundo nominal em favor das sócias teve vigência de março/24 a dezembro/24. O cálculo da arrecadação consistiu na aplicação de 4% sobre as contas médicas de intercâmbio com valores já líquidos das eventuais glosas. O montante arrecadado chegou a R\$ 143,1 milhões.

Outra medida fundamental de reforço econômico e financeiro se deu pela deliberação do programa de capitalização da Unimed Nacional em AGE realizada em 27 de novembro de 2024, com montante estimado de mais de R\$ 900M. O programa prevê o aporte do valor equivalente a 10% do valor a ser lastreado em ativos garantidores das suas sócias na data base de setembro/2024, sendo que o volume foi parcelado em 12 vezes para aquelas sócias que estão em situação regular perante a ANS. Já para aquelas sócias que estão em situação especial perante o regulador, o prazo de parcelamento é de 60 vezes. Em dezembro/24 foram arrecadados R\$ 93,7 milhões e a estimativa é de que sejam arrecadados mais R\$ 717,4 milhões em 2025 e o restante de R\$ 133,1 milhões de 2026 a 2029.



Em relação a melhoria do resultado, a operadora vem adotando diversas iniciativas para controle da alta sinistralidade com maior ênfase ao período pós pandemia. Essas medidas austeras e efetivas em sua carteira com foco em torná-la mais sustentável, tais como, aportes junto aos clientes, reajustes atuariais nos contratos dos planos de saúde e, em alguns casos, o cancelamento de contratos empresariais e, redimensionamento de rede assistencial, com a preocupação de

manter qualidade e resolutividade de nossos atendimentos, vem mostrando gradativa e consistente redução do índice de sinistralidade, conforme abaixo:



Com maior foco na rentabilidade de seus contratos como alavanca de melhoria do resultado, bem como atingimento do compromisso firmado no TAOEF com Agência Nacional de Saúde, a operadora está atuando com maior ênfase nos segmentos de planos de saúde empresariais e de licitação. A quantidade de beneficiários nestes segmentos aumentou, respectivamente, em 54 mil vidas no empresarial e 8 mil vidas em licitação. Já a carteira total da operadora reduziu em 69 mil vidas frente ao ano anterior, totalizando 2.204.403 vidas em 2024.

Na performance de 2024, o resultado líquido da Controladora, apesar de ainda estar no campo negativo, melhorou 13,4% frente ao ano anterior perfazendo (R\$ 503,7) milhões ante a (R\$ 581,4) milhões em 2023. O resultado de 2024 é segregado em operações de atos cooperativos em (R\$ 441,0 milhões) e dos atos não cooperativos em (R\$ 67,6 milhões), conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 10.21).

Os principais fundamentos desta performance na visão consolidada estão descritos a seguir.

A Receita Operacional Bruta alcançou R\$ 13,9 bilhões (composta pelas contraprestações, coparticipações, taxas de serviço e receita de intercâmbio), montante +10,6% em relação ao ano anterior. As receitas de contraprestações, líquidas dos efeitos do intercâmbio transferido habitualmente ficaram em R\$ 11,3 milhões - após aplicação das reduções referente ao intercâmbio habitual, as contraprestações ficam em R\$ 8,4 milhões -, que representam crescimento de 8,8% frente a 2023. As receitas com a operação de intercâmbio recebido foram de R\$ 2,1 milhões mantendo em linha com 2023, enquanto a receita de coparticipação somou R\$ 0,4 milhões frente a R\$ 0,3 milhões do ano anterior.

O índice de sinistralidade, por sua vez, recuou para 85,2%, ante 87,2% no ano anterior, em reflexo das ações empenhadas ao longo do ano, que buscaram diminuir as utilizações indevidas e fraudes, reduzir desperdícios (TMI, CTI, Conversão PS/PA, etc.) na rede credenciada, ao mesmo tempo que a empresa continua orientando as suas ações no melhor desfecho clínico, capilaridade e suficiência de rede.

Para alavancar a eficiência operacional e controlar os gastos administrativos, a Unimed Nacional realizou investimentos importantes em sua estrutura interna, tais como em tecnologia e Inteligência Artificial, que têm contribuído no combate às fraudes, na agilidade e eficiência dos

processos. Ampliou também sua rede de serviços próprios em Brasília, Salvador e São Paulo para serviços como atendimento ambulatorial e terapias, além de ter fechado parcerias estratégicas relevantes com grupos de oncologia e laboratórios.

Esses investimentos também impactarão positivamente a sustentabilidade do negócio e sua perenidade nos próximos anos e, ainda que sua infraestrutura tenha aumentado, as despesas administrativas em relação às Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde do exercício de 2024, foram equivalentes a 8,7% (7,9% em 2023), ou seja, reduziram 0,8%.

O resultado financeiro global apresentou performance negativa em 2024 de (R\$ 47.3 milhões), enquanto em 2023 o montante foi de R\$ 69.7 milhões. Em virtude do consumo do caixa operacional, a empresa recorreu a recursos de terceiros e financiamento de tributos federais, a fim de financiar suas operações com incidência de custos financeiros.

Com relação às das aplicações financeiras, o volume aplicado atingiu R\$ 900.2 milhões (R\$ 868.9 em 2023), crescimento de 3,6% no período. As receitas atingiram a R\$ 92.9 milhões (R\$ 105.2 milhões em 2023).

Cabe destacar que a carteira de ativos financeiros da Unimed Nacional é composta por fundos de investimentos, títulos públicos e privados dedicados ao lastro de suas reservas técnicas. A operadora declara capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como "Mantidos até o Vencimento" em carteira.

O resultado patrimonial da Controladora, por sua vez, somou R\$ 45,8 milhões (R\$ 61,0 em 2023), provenientes da equivalência patrimonial dos investimentos, bem como venda de participações societárias e ativo imobilizado.

Para o ano de 2025, a Unimed Nacional continuará buscando recuperar margens entre ticket e custo per capita e melhorar o resultado operacional. As ações de controle de custo assistencial continuarão em curso com a consolidação da estratégia de verticalização no intuito de ampliar o atendimento direto, fortalecendo a gestão do cuidado aos beneficiários, formalizando parcerias com a rede credenciada direta, com foco na garantia da qualidade, capilaridade e suficiência da rede, assim como uma atenção especial para a maior sustentabilidade no negócio.

Neste sentido, destacamos abaixo os Recursos em operação:

Unimed Espaço Saúde em Brasília Serviços:

- o Hospital Dia
- o PA Adulto e Infantil 24h
- o Centro de Diagnóstico de Imagem
- o Centro Cirúrgico e Serviços de Endoscopia
- o Centro de Especialidades Médicas
- o Centro de Infusão
- o Centro de Terapias Avançadas

Unimed Espaço Saúde em Salvador Serviços:

- o Centro de Infusão e especialidades
- o Terapias multidisciplinar de disfunção de neurodesenvolvimento e deficiência intelectual (autismo, paralisia cerebral etc.)
- o Atendimento domiciliar

Clínicas Cuidar Mais - Terapias em São Paulo Serviços para o neurodesenvolvimento infantil:

- o Redução de custos do TEA nas praças da UN

- o Revisão de prestadores com vista na qualificação
- o Ampliação da clínica em São Paulo
- o Unidades no Espaço Saúde Brasília e Salvador

Parceria estratégica em oncologia

A Unimed Nacional mantém parceria estratégica com o Grupo Oncoclínicas. Em 2023, vendeu 25% da sua participação de 49,99% no capital social das Joint Ventures Baikal, Yukon e Angará, por R\$ 100 milhões, a fim de fortalecer a composição dos ativos garantidores da cooperativa permanecendo inalterado em 2024.

Parceria estratégica em exames laboratoriais

A Unimed Nacional firmou parceria com um grupo de laboratórios para centralização das análises clínicas da praça de Brasília. Com a operação, a Unimed Nacional já iniciou a abertura de postos de coleta de insumos para os exames.

Parceria estratégica de telemedicina

A Unimed Nacional firmou parceria com a Dr. Online para prestação de serviços de consultas não presenciais desde 2023.

Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças

Gestão de saúde e doenças crônicas: monitora e coordena o cuidado de pacientes com doenças crônicas (cardiovasculares, cerebrovasculares, obesidade e pulmonares), com o objetivo de possibilitar maior qualidade de vida para os beneficiários acometidos pelas referidas enfermidades.

Atenção gestantes: programa de educação gestacional, que tem como objetivo incentivar a adesão ao protocolo de pré-natal e a garantia dos cuidados com o bebê no primeiro ano de vida.

Especialista em você - atenção ao idoso: acompanhamento da saúde de beneficiários idosos, que tem como objetivo monitorar a saúde e os tratamentos corretos a esse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025
Diretoria Executiva.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ilmos. Srs. Administração e às Cooperadas da
UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL (“OPERADORA”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED NACIONAL – COOPERATIVA CENTRAL** em 31 de dezembro de 2024, seu desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à “Operadora”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são ter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, puderem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

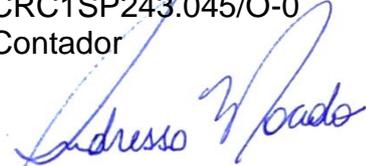
Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo W. L. de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador



Andressa Mayara Domingos Macedo
CRC1SP294.876/O-2
Contadora

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370



UNIMED NACIONAL- COOPERATIVA CENTRAL

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	2.043.678	1.959.990	2.043.802	1.922.721
Disponível	3b 28.988	22.354	29.112	22.477
Realizáveis	2.014.690	1.937.636	2.014.690	1.900.244
Aplicações financeiras	3c/4 809.103	724.612	809.103	724.612
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	759.795	641.361	759.795	641.361
Aplicações Livres	49.308	83.251	49.308	83.251
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5 848.500	788.942	848.500	788.942
Contraprestação pecuniária a receber	662.267	578.857	662.267	578.857
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis	45.746	41.707	45.746	41.707
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	136.344	162.572	136.344	162.572
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.143	5.806	4.143	5.806
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	6 57.360	67.457	57.360	67.459
Despesas diferidas	96.031	96.821	96.031	96.821
Créditos tributários e previdenciários	7 53.154	56.671	53.154	56.671
Bens e títulos a receber	9 150.542	201.488	150.542	164.094
Despesas antecipadas	-	1.645	-	1.645
Ativo não circulante	2.202.486	1.896.049	2.195.563	1.933.750
Realizável a longo prazo	1.464.550	1.208.030	1.464.772	1.208.251
Aplicações financeiras	91.101	144.312	91.101	144.312
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3c/4 88.952	142.225	88.952	142.225
Aplicações Livres	2.149	2.087	2.149	2.087
Créditos tributários e previdenciários	7 46.732	47.557	46.732	47.557
Títulos e créditos a receber	6.d 232.270	106.447	232.270	106.447
Despesas de Comercialização Diferidas	978	73.492	978	73.492
Ativo Fiscal Diferido	7c 343.377	280.687	343.377	280.687
Depósitos judiciais e fiscais	18 750.092	555.534	750.314	555.756
Investimentos	3h/8 160.793	184.739	152.698	183.751
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial	149.590	176.811	141.495	175.823
Participações Societárias em Rede Assistencial Não Hospitalar	108.456	83.331	100.361	83.331
Participações em Instituições não Reguladas	41.134	93.480	41.134	92.492
Participações Societárias pelo Método de Custo	11.203	7.928	11.203	7.928
Imobilizado	10 248.254	200.009	249.204	238.477
Imóveis de uso próprio	12.777	13.530	12.777	13.530
Imóveis - Hospitalares	-	-	-	-
Imóveis - Não Hospitalares	12.777	13.530	12.777	13.530
Imobilizado de uso próprio	22.693	631	22.774	38.009
Hospitalares	22.380	631	22.380	631
Não Hospitalares	313	-	394	37.378
Imobilização em curso	108.921	82.111	108.921	82.111
Imóveis - hospitalares	56.023	65.655	56.023	65.655
Imóveis - não hospitalares	52.898	16.457	52.898	16.457
Outras imobilizações	20.719	23.015	21.588	24.105
Direito de uso arrendamento	11 83.144	80.721	83.144	80.721
Intangível	10 328.889	303.271	328.889	303.271
Total do ativo	4.246.164	3.856.039	4.239.365	3.856.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



UNIMED NACIONAL - COOPERATIVA CENTRAL
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante	2.561.695	2.074.674	2.565.126	2.074.732
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	31/12 1.462.102	1.256.214	1.462.102	1.256.214
Provisões de contraprestações	49.905	69.520	49.905	69.520
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	31 49.905	69.520	49.905	69.520
Provisão para remissão	31 11.406	8.328	11.406	8.328
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	12 34.010	26.631	34.010	26.631
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	12 297.439	256.502	297.439	256.502
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12 1.069.342	895.233	1.069.342	895.233
Débitos de operações de assistência à saúde	93.842	80.590	93.842	80.590
Contraprestação a restituir	309	160	309	160
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	13.a 75.367	63.922	75.367	63.922
Comercialização sobre operações	13.b 18.017	12.857	18.017	12.857
Operadoras de planos de assistência à saúde	3.d 146	3.073	146	3.073
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	3	578	3	578
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	14 110.288	57.583	110.288	57.632
Provisões	16.260	15.305	16.260	15.305
Provisão para IR e CSLL	9.255	1.291	9.255	1.291
Provisões para Ações Judiciais	18 7.005	14.014	7.005	14.014
Tributos e encargos sociais a recolher	15 70.228	53.625	73.453	53.625
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16 118.714	302.648	118.714	302.656
Débitos diversos	17 661.447	284.447	661.652	284.447
Conta corrente de cooperados	28.814	24.262	28.814	24.262
Passivo não circulante	1.148.248	919.809	1.138.018	920.185
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12 186.924	185.714	186.924	185.714
Provisão para remissão	14.526	11.387	14.526	11.387
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	172.398	174.327	172.398	174.327
Provisões	640.565	423.697	640.942	424.073
Provisões para tributos diferidos	-	-	-	423.697
Provisões para ações judiciais	18 640.565	423.697	640.942	376
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	105.160	-	105.160	-
Parcelamento de Tributos e Contribuições	105.160	-	105.160	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16 34.040	189.896	34.040	189.896
Débito diversos	11 181.559	120.502	170.952	120.502
Patrimônio líquido	19 536.221	861.556	536.221	861.555
Capital social	325.700	232.003	325.700	232.002
Reservas	714.284	1.006.204	714.284	1.006.204
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais	143.089	-	143.089	-
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	571.195	1.006.204	571.195	1.006.205
Perdas à disposição da AGO	(503.763)	(376.651)	(503.763)	(376.651)
Total do passivo	4.246.164	3.856.039	4.239.365	3.856.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



UNIMED NACIONAL - COOPERATIVA CENTRAL
Demonstrações de resultados (sobras e perdas)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	8.426.528	7.745.202	8.426.528	7.745.202	
Receitas com operações de assistência à saúde	8.603.961	7.877.880	8.603.961	7.877.880	
Contraprestações líquidas	21 a	8.610.178	7.875.611	8.610.178	7.875.611
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(6.217)	2.269	(6.217)	2.269	
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	21 b	(177.433)	(132.678)	(177.433)	(132.678)
Eventos indenizáveis líquidos	21 c	(7.176.597)	(6.754.801)	(7.176.597)	(6.754.801)
Eventos conhecidos ou avisados	(7.002.488)	(6.661.595)	(7.002.488)	(6.661.595)	
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(174.109)	(93.206)	(174.109)	(93.206)	
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.249.931	990.401	1.249.931	990.401	
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	69.849	45.479	69.849	45.479	
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21 d	50.779	66.679	50.779	66.679
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	10.709	2.982	10.709	2.982	
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	26.532	23.483	26.532	23.483	
Outras receitas operacionais	13.538	40.215	13.538	40.215	
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	21 e	(673.699)	(290.776)	(674.890)	(290.780)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(570.089)	(256.627)	(571.280)	(256.631)	
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(13.146)	(15.792)	(13.146)	(15.792)	
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	30.241	66.980	30.241	66.980	
Provisão para perdas sobre créditos	(120.705)	(85.337)	(120.705)	(85.337)	
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	21 d	(138.970)	(580.068)	(138.970)	(580.068)
Resultado bruto	557.890	231.715	556.700	231.712	
Despesas de comercialização	(415.401)	(401.149)	(415.401)	(401.149)	
Despesas administrativas	21 f	(694.348)	(610.991)	(732.939)	(611.966)
Receitas administrativas	-	6.534	-	6.534	
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial	(551.859)	(773.891)	(591.640)	(774.869)	
Resultado financeiro líquido	21 g	(47.488)	69.690	(47.883)	69.697
Receitas financeiras	179.687	193.727	179.694	193.734	
Despesas financeiras	(227.175)	(124.037)	(227.577)	(124.037)	
Resultado patrimonial	21 i	45.800	61.046	96.230	60.944
Receitas patrimoniais	67.016	155.882	117.446	155.780	
Despesas patrimoniais	(21.216)	(94.836)	(21.216)	(94.836)	
Resultado antes dos impostos e participações	(553.547)	(643.155)	(543.292)	(644.228)	
Imposto de renda	(6.812)	308	(9.178)	308	
Contribuição social	(2.460)	100	(3.320)	100	
Impostos Diferidos	65.447	64.820	65.447	56.923	
Participações no resultado	(6.390)	(3.467)	(6.390)	(3.467)	
Perdas líquida do exercício	(503.762)	(581.394)	(496.733)	(590.364)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



UNIMED NACIONAL - Cooperativa Central
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Perdas líquida do exercício	(503.762)	(581.394)	(496.733)	(590.364)
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Valor Bruto	-	-	-	-
(-) Deduções de Impostos (34%)	-	-	-	-
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Valor Líquido	4	-	-	-
Resultado abrangente	(503.762)	(581.394)	(496.733)	(590.364)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



UNIMED NACIONAL - Cooperativa Central
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social				Reserva	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Sobras à disposição da AGO		Total
		Subscrito	Reserva legal	FATES	RATES	Outras reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		214.227	202.650		237.515	793.065	85	-	-	1.447.542
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Aplicações		-	-	-	-	-	(101)	-	-	(101)
Sobra líquida do exercício	19	-	-	-	-	-	-	491.725	(470.802)	20.923
Destinação:										
Para a reserva legal	16b	-	2.093	-	-	-	-	(2.092)	-	-
Para a FATES	16b	-	-	1.046	-	-	-	-	(1.046)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		214.227	204.743		238.561	793.065	(16)	489.633	(471.848)	1.468.364
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Aplicações		-	-	-	-	-	16	-	-	16
Movimentações de Capital:										
Aumento de Capital Social - JCP		17.785	-	-	-	-	-	(489.633)	471.848	0
Entrada/Saída de Capital Social		(9)	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Reversão Reserva Fates		-	-	(25.422)	-	-	-	-	-	(25.422)
Sobra líquida do exercício	19	-	-	-	-	-	-	(154.223)	(427.171)	(581.394)
Para a reserva legal	16b	-	(204.743)	-	-	-	-	-	204.743	-
Para a FATES	16b	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		232.003	-		213.139	793.065	-	(154.223)	(222.428)	861.555
Movimentações de Capital:										
Entrada/Saída de Capital Social		(46)	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Aporte de Capital		93.743	-	-	-	-	-	-	-	93.743
Sobra líquida do exercício	19	-	-	-	-	-	-	(441.965)	(61.798)	(503.763)
Outras Movimentações										
Fundo Cooperativo Nacional Reposição PLA		-	-	-	-	143.088	-	-	-	143.088
Reversão Reserva Fates		-	-	(58.357)	-	-	-	-	-	(58.357)
Reversão de Reserva de Contingência		-	-	-	-	(376.651)	-	154.224	222.427	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		325.700	-		154.782	559.502	-	(441.964)	(61.799)	536.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNIMED NACIONAL - Cooperativa Central
Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividade operacionais				
Recebimentos de planos de saúde	5.654.475	8.277.678	5.654.475	8.277.678
Resgate de aplicações financeiras	8.598.170	7.539.892	8.598.170	7.539.892
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	4.575	44.866	4.575	44.866
Outros recebimentos operacionais (**)	503.134	544.487	503.142	544.767
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde (**)	(7.558.957)	(6.492.620)	(7.558.957)	(6.492.620)
Pagamentos de comissões	(316.223)	(358.791)	(316.223)	(358.791)
Pagamentos de pessoal	(186.897)	(149.761)	(186.897)	(149.761)
Pagamentos de pró-labore	(7.877)	(7.682)	(7.877)	(7.682)
Pagamentos de serviços terceiros	(682.883)	(638.486)	(684.476)	(638.973)
Pagamentos de tributos	(88.525)	(6.991)	(88.547)	(6.993)
Pagamentos de processos judiciais	(124.600)	(111.126)	(124.600)	(111.126)
Pagamentos de aluguel	(87.880)	(126.153)	(87.880)	(126.153)
Pagamentos de promoção/publicidade	(16.519)	(19.076)	(16.519)	(19.076)
Aplicações financeiras	(8.814.244)	(7.094.088)	(8.814.244)	(7.094.088)
Outros pagamentos operacionais (**)	(2.049.065)	(1.494.281)	(2.049.065)	(1.494.517)
Caixa líquido das atividades operacionais	(5.173.315)	(92.131)	(5.174.922)	(92.576)
Atividades de investimento				
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	37.590	91	87.493	91
Recebimentos de Dividendos	-	28.151	-	28.151
Recebimentos de Venda de Investimentos	-	-	4.860	-
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(495)	(607)	(50.398)	(607)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(76.191)	(73.222)	(76.191)	(73.222)
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(3724)	-	(3.251)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(42.821)	(45.588)	(41.212)	(45.588)
Atividades de financiamento				
Integralização capital em dinheiro	64.959	-	64.959	-
Recebimento Empréstimos/Financiamentos	55.295	155.306	55.295	155.306
Títulos Descontados	5.469.113	207.085	5.469.113	207.085
Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	(71.110)	-	(71.110)
Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos	(364.596)	(152.677)	(364.596)	(152.677)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(2.001)	-	(2.001)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	5.222.770	138.604	5.222.770	138.604
Variação líquida do caixa (**)	6.634	885	6.636	440
Caixa - saldo inicial	22.354	21.469	22.477	22.037
Caixa - saldo final	28.988	22.354	29.112	22.477
Ativos livres no início do exercício	85.338	83.827	85.338	83.827
Ativos livres no final do exercício	51.458	85.338	51.458	85.338
Aumento/Redução nas aplicações financeiras – recursos livres	(33.880)	1.510	(33.880)	1.510

(**) Alterações para melhor apresentação dos saldos contábeis em 2023 sem impactos no saldo final. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas	Página
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	19
1 Contexto operacional.....	19
2 Base de elaboração e apresentação.....	21
3 Principais políticas contábeis	23
4 Aplicações financeiras.....	39
5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	40
6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora.....	41
7 Créditos tributários, ativos e passivos fiscais diferidos.....	42
8 Investimentos	44
9 Bens e títulos a receber.....	45
10 Imobilizado/Intangível	46
11 Direito de uso Arrendamento	50
12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	51
13 Débitos de operações de assistência à saúde	52
14 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.....	52
15 Tributos e encargos sociais a recolher.....	52
16 Empréstimos e Financiamentos.....	53
17 Débitos diversos	53
18 Provisões e depósitos judiciais.....	54
19 Patrimônio líquido.....	55
20 Transações com partes relacionadas.....	56
21 Detalhamento das contas de resultado.....	57
22 Apresentação das demonstrações de sobras e perdas – Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004/17	60
23 Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida.....	62
24 Conciliação entre a sobra líquida e o fluxo de caixa das atividades operacionais	62

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Nacional - Cooperativa Central (Unimed Nacional ou Operadora) é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada na Rua Frei Caneca, nº 1355, Consolação, CEP 01307-003, São Paulo (SP), constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, com a orientação para o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A operadora possui 341 associadas em 31 de dezembro de 2024 (frente a 337 associadas em 31 de dezembro de 2023).

A Resolução Normativa 528/2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que consolidou o plano de contas ANS e passou a regulamentar o Teste de Adequação de Passivos (TAP). O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas provisões técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (*Net Carrying Amount*).

O cenário vem se mantendo desafiador para a operadora em decorrência da alta utilização dos serviços assistenciais, bem como de eventos não recorrentes que impactaram os resultados dos últimos anos.

Em setembro de 2023, a Unimed Nacional recebeu a visita técnica da Agência Nacional de Saúde Suplementar, seguindo as atribuições nos termos da Resolução Normativa - RN nº 532 de 2 de maio de 2022, bem como Instrução Normativa – IN ANS nº 23, de 29 de abril de 2022.

Os procedimentos cobertos por esta avaliação referem-se aos aspectos relacionados ao Índice Geral de Reclamações (IGR), ao ambiente de controles internos e a situação econômico-financeira das operadoras.

O diagnóstico da Agência, relativo ao Índice Geral de Reclamações das operadoras de grande porte, referente ao mês de dezembro de 2024, foi igual a 60,3%, enquanto o IGR do setor foi de 58,1%, ou seja, um índice de resolutividade superior ao apresentado pelo setor.

Adicionalmente, a Unimed Nacional aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), seguindo o que define a RN nº 523, de 29 de abril de 2022, onde se descreve o seguinte:

Art.22. O TAOEF terá seu prazo de vigência de, no máximo, 48 meses contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, ao término do prazo estabelecido no art. 20.

§ 1º O prazo máximo de vigência do TAOEF estabelecido no caput poderá ser acrescido em 12 meses no caso de desconformidades econômico-financeiras consideradas de baixo risco e sem comprometimento da avaliação da situação econômico-financeira, conforme apontamento da NTAEF, mediante decisão do diretor da DIOPE.

§ 2º O prazo máximo de vigência do TAOEF, estabelecido no caput desse artigo, poderá ser acrescido em 12 meses a pedido da operadora no caso de desconformidades econômico-financeiras consideradas relevantes, mas que admitam adequação no âmbito de PAEF, desde que não haja deterioração da situação econômico-financeira no período.

§ 3º Na circunstância descrita no § 2º, a ANS divulgará na sua página da internet que a operadora se encontra em PAEF.

Art. 23. Durante o prazo de vigência do TAOEF a operadora não poderá:

I - Distribuir lucros, sobras ou dividendos, exceto nos casos em que haja obrigatoriedade legal; e

II - Se utilizar de qualquer mecanismo direto ou indireto de distribuição de resultados, devendo o resultado permanecer na operadora, exceto nos casos em que haja obrigatoriedade legal. O referido desenquadramento está demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

Do ponto de vista de apoio das sócias, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 15 de fevereiro de 2024, a retenção do percentual de 4% da produção de intercâmbio das sócias para constituição do Fundo Cooperativo Nominal para Recomposição do Patrimônio Líquido Ajustado (FCNRPLA).

Os aspectos mais relevantes constantes no regulamento do referido fundo estão descritos a seguir:

1.2 Trata-se de uma forma de capitalização da Unimed Nacional pelas suas cooperativas associadas. Ele tem como objetivo a formação de recursos necessários na cooperativa para manter o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) dentro dos parâmetros das normas regulamentares da ANS.

1.3. O objetivo do FCNRPLA é de garantir: A) a recomposição do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Unimed Nacional, para atender o estabelecido pelo Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeira – TAOEF, junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); B) a manutenção de níveis suficientes de recursos que mantenham a Unimed Nacional em nível mínimo necessário de 120% do PLA frente ao CBR, ou qualquer outro critério de solvência definido pela ANS, cumulativamente, 120% de superávit frente a necessidade e Ativos Garantidores; (C) o cumprimento das demais normas regulatórias previstas pela ANS.

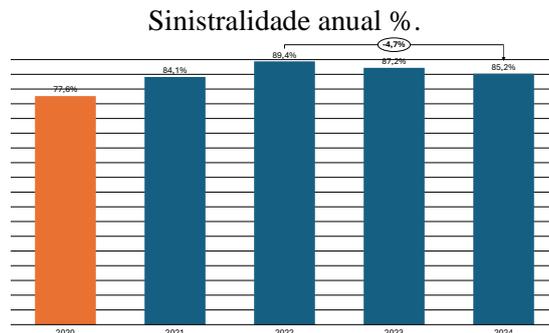
O montante arrecadado durante a vigência do Fundo Cooperativo foi de R\$ 143.089 em 2024 sendo que a arrecadação do Fundo foi calculada sobre os atendimentos ocorridos entre março e novembro de 2024, sendo que o veículo de arrecadação foi a Câmara Nacional de Compensação e Liquidação (CNCL) de Intercâmbio.

Em 27 de novembro de 2024, em nova Assembleia Geral Extraordinária, as sócias deliberaram por uma capitalização correspondente a 10% do montante a ser lastreado por ativos garantidores, financeiros e não financeiros de cada associada, em substituição ao Fundo Cooperativo.

O montante calculado do aporte de capital foi parcelado em: a) 12 parcelas, àquelas sócias em situação regular perante a ANS e, b) em 60 parcelas, àquelas sócias em situação especial, ou seja, em TAOEF, PLAEF ou Direção Fiscal perante a ANS.

O volume capitalizado em 2024 chegou a R\$ 93.697. A estimativa é de que ao término do período de capitalização, o total arrecadado atinja o valor de R\$ 944,2 milhões.

Adicionalmente, a cooperativa vem implementando ações concretas e específicas de melhoria de eficiência operacional, tais como: redução de fraudes e desperdícios, redução de despesas administrativas, gestão mais eficiente da carteira e redimensionamento de rede assistencial que culminaram em redução gradativa da sinistralidade conforme gráfico a seguir:



Estas ações continuam no foco de execução para os anos subsequentes como alavanca para a recuperação de resultado da operadora.

2 Base de elaboração e apresentação

a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (lei 5.764/71), assim como aspectos relacionados à lei 6.404/76 e à lei 11.638/07.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN 528/22, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2004/2017 que estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa. A Interpretação dispõe sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As determinações contidas nesta interpretação se aplicam a todo o tipo de cooperativa, no que não for conflitante com as determinações de órgãos reguladores. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa 22.

b) Bases para consolidação

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Unimed Administração e Serviços Ltda., que presta serviços de assistência médica como suporte a operadoras do sistema Unimed na qual a Operadora detém 100% de participação, em 31 de dezembro de 2024, sendo que as demonstrações estão identificadas como controladora e consolidado. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas da empresa mencionada acima, segundo a natureza de cada saldo, obedecendo ao disposto no CPC 36 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, obedecendo os seguintes critérios:

- i) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação, bem como e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- ii) Eliminação do investimento relevante na proporção 100% de seu respectivo patrimônio;

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025.

1.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo
- Passivos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio de resultado.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Operadora é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- **Nota 3l e 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**
- **Nota 3k e 18 - Provisões judiciais**
- **Nota 4 - Aplicações Financeiras**
- **Nota 5 – Créditos de operações com plano de assistência à saúde**
- **Nota 6 – Créditos com operação de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora**
- **Nota 9 – Bens e Títulos**
- **Nota 10 – Imobilizado Nota 10c – Intangível**
- **Nota 11 – Arrendamento**
- **Nota 13b – Despesa de Comercialização**

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração das sobras ou perdas

O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência.

As receitas com contraprestações de contratos com preços pré-estabelecidos foram apropriadas “pró-rata” dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade “pós-estabelecido”, correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, e são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta “Contraprestações líquidas”. Quando da emissão da fatura, o registro é revertido e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos quando são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

A operação de intercâmbio entre operadoras do sistema Unimed se dá por meio de atendimento de beneficiários pertencentes a outras singulares do sistema Unimed que prestam atendimento aos mesmos em sua área de ação, os custos são apurados e repassados a operadora de origem acrescidos de um taxa de administração, esse beneficiários ainda podem ser classificados como habitual e eventual, dependendo da frequência deste tipo de relação conforme regra específica para esta modalidade instituída pelo órgão regulador.

O resultado financeiro é proveniente dos rendimentos de valores alocados no mercado financeiro pela companhia, dos ativos dados em garantia das provisões técnicas e de livre movimentação, além de eventuais receitas por recebimento de contraprestações em atraso, reduzido por custos de operações financeiras, impostos sobre estas operações e juros por atraso.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 29 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

b. Disponível

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “Disponível”.

c. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros

- Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde) e também intercâmbio (operações entre Unimeds).

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (ii) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço (iii) Títulos Privados - Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Já para os outros títulos privados como compromissadas, CDB e Letra Financeiras, utilizamos como referência de valor justo, a marcação a mercado do nosso custodiante utiliza-se de metodologia própria - “*mark to model*” - com base nas cotações de negócios realizados no mercado juntamente com a avaliação do seu comitê de crédito.

Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução do valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda do valor é revertida e registrada no resultado.

d. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PPCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

e. Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas. Para esta análise foram utilizados 12 meses de emissão de títulos e 18 meses posteriores de pagamentos destes títulos, os vencimentos são agrupados por faixas e os cálculos atuariais são realizados e divididos entre os segmentos PF (Pessoa Física), PJ (Pessoa Jurídica) e Intercâmbio (Unimeds). Além do critério atuarial, são integralmente constituídas provisões aos recebíveis vencidos há mais de 365 dias.

f. Bens e Direitos a receber

Os valores referentes a bens e títulos a receber estão classificados no curto e longo prazo. No curto prazo são representados por adiantamentos de férias, e adiantamento a prestadores assistenciais e não assistenciais (Unimeds). No longo prazo, os bens e direitos estão representados por títulos a receber sob a condição de discussão judicial e acordos legais firmados.

g. Arrendamentos

Os valores referentes a arrendamentos são representados em atendimento ao CPC 06 e com a resolução normativa 528, passou a ser obrigatória a apresentação em 2022 para as operadoras de planos de saúde. Os arrendamentos no quais a cooperativa (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios das propriedades são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos pagamentos previstos em contrato. O arrendamento está vinculado a contratos de locação de imóveis, com prazos determinados, para a sede da operadora em São Paulo e Brasília.

h. Investimentos

Os investimentos são representados por participações em (i) controladas - quando a Companhia exerce controle, ou seja, quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida; (ii) coligadas - nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração; são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (iii) Coligadas – empresas constituídas e controladas em conjunto para finalidade específica: são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo.

i. Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor

contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2013 tem vida útil estimada de 28,95 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 47,5 anos e os demais imóveis, 31 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

j. Intangível

O intangível da cooperativa tem vida útil definida e é formado por (i) licença de Softwares que são amortizados pelo método linear, pelo prazo de sua vida útil, estimada em 10 anos e (ii) pelo ativo relacionado a combinação de negócios que foi registrado pelo valor justo de transferência do valor da carteira e área de ação originários da FESP, composto pelo valor carteira acrescido pelo deságio na operação e será amortizado por 20 anos, prazo de vigência do contrato.

k. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos como objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01(R1).

l. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) compreende as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco “pró-rata” dia, relativamente ao período iniciado e não decorrido. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são notificados à Operadora e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança (%), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABIs emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência. A provisão abrange também o valor total cobrado e não pago pela Operadora, relativo a débitos inscritos em dívida ativa ou não, atualizados com multa, juros e encargos legais até o último dia útil do mês de referência. Os valores de ressarcimento ao SUS a serem registrados são disponibilizados mensalmente na página da ANS.

A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços médicos até a data do encerramento do exercício. A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde.

A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como “triângulos de *run-off*”, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, líquidos de glosas, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A provisão para remissão (provisão para benefícios a conceder) é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde. Seu cálculo é realizado mensalmente, podendo ter movimentação no decorrer

do tempo, conforme tábua atuarial BR EMS 2021 m/f, de beneficiários em gozo desse benefício, conforme determinado nas premissas de cobertura da Remissão.

O início da Remissão se dá após o conhecimento do falecimento do titular do plano, deixando então os seus dependentes cobertos pelo benefício e seus custos assistenciais são estimados com base no histórico de utilizações por faixa etária e projetados/corrigidos pelo VCMH, por período determinado contratualmente. Assim, adquire-se o direito de continuar no plano de saúde suplementar do qual está vinculado sem efetuar o pagamento das respectivas mensalidades. cálculo da Provisão para Remissão foi feito de acordo com a metodologia aprovada pela ANS conforme Nota Técnica Atuarial.

A Resolução Normativa 528/2022 da ANS, regulamenta o Teste de Adequação de Passivos - TAP. O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas Provisões Técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (*Net Carrying Amount*). O teste foi realizado considerando os seguintes parâmetros, como determinado pela referida resolução.

Os contratos foram segregados entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial, (iii) coletiva por adesão e (iv) corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos:

- para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes no momento da realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade;
- as premissas utilizadas para projeções de receitas (contribuições) e despesas (eventos e outras despesas relacionadas ao atendimento assistencial) foram baseadas na experiência observada considerando os últimos 60 meses.
- as estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

A administração afirma, que o resultado do Teste de Adequação de Passivos - TAP, regulamentado pela Resolução Normativa 528/2022 da ANS, considerando as premissas e critérios descritos pelo regulador, apresenta uma insuficiência de R\$ (993.606), composto quase que em sua completude pelo agrupamento individual, que pelas condições de reajuste regulamentar aplicado, condicionam um agravamento de sua insuficiência, a operadora vem acompanhando e a perspectiva é que com a implementação de diversas ações de controle de custos assistenciais, boa parte já em curso, gradativamente as margens operacionais apuradas nesta carteira melhorem significativamente, uma vez que, hoje não existe a necessidade de constituição da PIC que demonstra a perspectiva de perpetuidade do negócio. Com a melhora do resultado operacional, custo assistencial estabilizado em patamares bastante inferiores dos que apresentados agora, a necessidade eventual de constituição de reserva adicional decorrente do TAP, se assim o regulador o exigir, estará reduzida ou inexistente.

m. Ativos e passivos contingentes (Provisões)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável e reconhecidos no balanço apenas quando transitado em julgado.

Passivos contingentes - são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis quando classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os classificados como perda remota não são divulgados.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - atos não cooperativos

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o. Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós - graduação, MBA e mestrado, vale transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2024 a política e benefícios culminou no pagamento do montante de R\$ 8.945 (R\$ 27.902 em 2023).

p. Plano de complementação de aposentadoria

A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus Diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício de 2024 totalizaram R\$ 1.575 (R\$ 1.546 em 2023).

q. Gerenciamento de riscos

A Unimed Nacional está exposta a diversos riscos em sua operação. A metodologia utilizada na gestão destes riscos está representada nas demonstrações financeiras apresentadas a seguir:

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* têm como responsabilidade acompanhar, monitorar e controlar os riscos, bem como identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Unimed Nacional.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis operacionais e de BackOffice da Unimed Nacional, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

A comunicação com a Organização é realizada por meio de políticas e procedimentos, disparados por e-mails aos colaboradores com orientações e lembrete aos treinamentos, nos quais são disponibilizados aos funcionários de forma obrigatório na intranet da Unimed Nacional.

r. Risco de mercado

Definição:

Risco de Mercado é a perda potencial decorrente de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco com contratos de investimentos e riscos de oscilações nas taxas de juros das aplicações financeiras e conseqüentemente flutuações na mensuração dos rendimentos e ajuste ao valor justo destes ativos (títulos da dívida, títulos privados, e outras modalidades constantes na carteira de investimentos) nos quais compreendem o montante em 2024 de R\$ 908 (R\$ 557 em 2023), conforme detalhado na nota 3p.

Tratamento:

O risco de mercado é monitorado de forma periódica pela Unimed Nacional, através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

O monitoramento é realizado em conjunto com uma consultoria externa especializada que adota os seguintes modelos:

Var estima, com base em dados históricos e um intervalo de confiança, qual a perda máxima esperada em condições normais de mercado e deverá ser medido de acordo com os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: B3 (nova denominação da BM&F Bovespa).
- Periodicidade: mensal.

O modelo adotado para as análises de stress é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Critérios adotados no teste de sensibilidade

Na avaliação do teste de sensibilidade da carteira de investimentos da Unimed Nacional considerou-se o critério de contabilização dos ativos integrantes da carteira de investimentos, onde foram considerados os seguintes fatores de riscos: (i) taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do Resultado", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração (vencimento) dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Operadora

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Operadora, conforme quadro:

Controladora e Consolidado			
Ativos	Alocação	Taxa de Juros	
		1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Até o vencimento	38.201	382	(382)
Para Negociação	778.211	7.782	(7.782)
Títulos Pré-Fixados		-	-
Disponível para Venda	45.815	458	(458)
IPCA		-	-
Até o Vencimento	4.582	46	(46)
IGP-M		-	-
Até o Vencimento	33.395	334	(334)
Total de aplicações	900.204	9.002	(9.002)
Impacto no Patrimônio Líquido	-	8.240	(8.240)
Impacto no Resultado	-	762	(762)
Impacto Líquido de Impostos PL	-	5.439	(5.439)

s. Risco operacional

Definição:

Risco operacional é definido como possível evento cuja ocorrência acarrete ou possa acarretar falha ou demora em processos internos (procedimento/pessoal/TI) gerando insatisfação ou perda de clientes e/ou de informações.

Tratamento:

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Gerência de Riscos e Controle Interno e está estruturado da seguinte forma:

(i) Mapeamento dos riscos

A identificação dos riscos é efetuada pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* e validada pelos gestores responsáveis e Alta Administração.

(ii) Classificação dos riscos

Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.

(iii) Avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Unimed Nacional.

(iv) Avaliação dos controles

A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.

(v) Estabelecimento de planos de ação

São estabelecidos planos de ação para os casos em que seja identificada a ausência ou insuficiência de controles. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

t. Risco de crédito

Definição:

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

Tratamento:

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no país, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Adicionalmente, o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados, devido a inadimplemento de clientes é minimizado pela concentração de recebimentos na modalidade de pré-pagamento e diversificação da carteira.

(i) **Classificação de Risco**

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira de aplicações da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Nota	Controladora e Consolidado			
	2024		2023	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %
AAA	37.978	2,07%	41.216	2,39%
AA	35.153	1,92%	51.592	2,99%
A	3.012	0,16%	14.529	0,84%
BBB	35	0,00%	32	0,00%
BB	45.815	2,50%	76.046	4,41%
B	-	0,00%	-	0,00%
Subtotal	121.993	6,66%	183.415	10,63%
Fundo de Investimento	778.211	42,48%	685.508	39,73%
Subtotal	778.211	42,48%	685.508	39,73%
Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras	900.204	49,14%	868.923	50,36%
Contraprestações e intercâmbio a receber	905.860	50,16%	856.399	49,64%
Total de exposição ao risco de crédito	1.806.064		1.725.322	

Estamos utilizando as seguintes agências para as classificações dos riscos: *S&P*, *Fitch Ratings*, *Moody's*, *Austin*, *Liberum Ratings* e *SR Ratings*, as mesmas baseiam suas análises em metodologias próprias.

O risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados, devido a inadimplemento de clientes é minimizado pela concentração de recebimentos na modalidade de pré-pagamento, diversificação da carteira de clientes e monitorado periodicamente através de análise de inadimplência, seguida de avaliação de ações de cobranças.

u. Risco legal

Definição:

O Risco Legal está relacionado a possível evento cuja ocorrência represente ou possa representar práticas incoerentes com normativos estabelecidos (internos ou externos), boas normas de conduta, princípios de governança, ética, bem como favoreça ou possa favorecer eventos de fraudes.

Tratamento:

A Operadora, através da área Jurídica, acompanha a realização e formatação dos contratos firmados com fornecedores e clientes bem como a revisão e atualização periódica da documentação contratual. Adicionalmente, por meio das áreas Jurídica e Riscos, são acompanhadas, permanentemente, as mudanças relacionadas à legislação.

v. Risco de liquidez

Definição:

Risco de liquidez está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Tratamento:

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada, para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada a projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

(i) Aplicações

Controladora e Consolidado	Sem venc. definido	De 1 a 120 dias	Acima de 360 dias	Total	Carteira %
CDB - Pré e pós fixado	-	-	38.201	38.201	4%
Debêntures	-	-	37.977	37.977	4%
Letras Financeiras	-	-	-	-	0%
Títulos Públicos	-	-	-	-	0%
Até o Vencimento 31/12/2024	-	-	76.178	76.178	
Até o Vencimento 31/12/2023	-	-	107.368	107.368	
CDB - Pré e pós fixado	-	-	-	-	0%
Compromissada	-	45.815	-	45.815	5%
Disponível para Venda 31/12/2024	-	45.815	-	45.815	
Disponível para Venda 31/12/2023	-	76.046	-	76.046	
CDB - Pré e pós fixado	-	-	-	-	0%
Compromissada	-	-	-	-	0%
Fundos de investimento	763.288	-	14.923	778.211	86%
Letras Financeiras	-	-	-	-	0%
T. Capitalização e poupança	-	-	-	-	0%
Valor justo por meio do resultado 31/12/2024	763.288	-	14.923	778.211	
Valor justo por meio do resultado 31/12/2023	648.564	-	36.944	685.508	
31 de dezembro de 2024	763.288	45.815	91.101	900.204	100%
31 de dezembro de 2023	648.564	76.046	144.312	868.923	100%

(ii) Gerenciamento dos prazos de ativos e passivos

a vencer	a vencer em até 1 ano	acima de 1 ano	Controladora	Consolidado
Disponível	28.988	-	28.988	29.912
Aplicações financeiras	809.103	91.101	900.204	900.204
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	848.500	-	848.500	848.500
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	57.360	-	57.360	57.360
Bens e títulos a receber	150.542	232.270	382.812	382.812
Total dos ativos financeiros	1.894.493	323.371	2.217.864	2.217.864
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.462.103	186.923	1.649.026	1.649.026
Comercialização sobre operações	18.017	-	18.017	18.017
Empréstimos e financiamento a pagar	118.714	34.040	152.754	152.754
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion.	110.288	-	110.288	110.288
Tributos e contribuições a recolher	70.228	-	70.228	73.453
Total dos passivos financeiros	1.779.350	220.963	2.000.313	2.000.313

w. Risco de subscrição

Definição

Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

A carteira está composta por sua maioria em contratos coletivos e pré-estabelecidos, conforme apresentado abaixo:

(i) Distribuição das contraprestações Líquidas por modalidade de plano:

Controladora e Consolidado	2024	%	2023	%
Modalidade de Preço				
Pós-Estabelecido	472.744	5%	224.024	3%
Pré-Estabelecido	8.137.434	95%	7.651.587	97%
Total Contraprestações	8.610.178		7.875.611	
Modalidade de Plano				
	2024		2023	
Plano Coletivo	8.167.349	95%	7.466.934	95%
Plano Individual	352.105	4%	339.147	4%
Co – Responsabilidade	90.724	1%	69.530	1%
Total Contraprestações	8.610.178		7.875.611	

Tratamento

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base os históricos das operações. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

Teste de sensibilidade - Impacto no resultado									
	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	R\$	Impacto DRE	-5p.p.	R\$	Impacto DRE
Pré-estabelecido Total	8.137.434	90%	7.300.632	95%	7.707.504	(406.872)	85%	6.893.760	406.872
Teste de sensibilidade - Impacto no patrimônio líquido (*)									
	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	R\$	Impacto PL	-5p.p.	R\$	Impacto DRE
Patrimônio Líquido	8.137.434	90%	7.300.632	95%	7.707.504	(364.887)	85%	6.893.760	406.872

(*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (34% 2024).

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação.

x. Norma emitida com vigência a partir de 29 de abril de 2022 – Resolução Normativa 528/2022

Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução Normativa RN 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas no mercado de operadoras de planos de assistência à saúde, através da Resolução Normativa RN 442, foi alterada, passando a instituir: (i) a constituição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora; (ii) a constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada.

y. Normas emitidas e não adotadas

As normas que estão descritas a seguir somente serão adotadas pela **Unimed Nacional** quando forem referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o que não ocorreu até o fechamento destas demonstrações financeiras, e para as quais a Cooperativa ainda está avaliando os impactos.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa

contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que incluem saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e
- as transferências de ativos financeiros para terceiros em transações, as quais não se qualificam para o desreconhecimento, não sendo consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de

caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativo contingente

A Empresa não deve reconhecer um ativo contingente, porém sempre avalia a possibilidade do surgimento dos ativos contingentes, quando surge normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos e expectativa de fluxo de caixa para a Empresa.

O ativo contingente é divulgado, como exigido CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade desse ativo são transferidos, ou ainda, na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo.

A Empresa efetua transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido.

Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

(vi) *Outras normas Contábeis*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

4 Aplicações financeiras

Controladora e Consolidado	2024					2023
	A	B	C	D	E	
	Nível de hierarquia do valor justo	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Valor justo por Meio do Resultado:						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	-	-	-	-	-
Operações compromissadas	2	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	2	782.443	-	782.443	778.211	685.508
Letras Financeiras	2	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-
Tít. Capitalização e Poupança	2	-	-	-	-	-
Total		782.443	-	782.443	778.211	685.508
Disponível para venda:						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	-	-	-	-	-
Debêntures	2	45.819	-	45.819	45.815	76.046
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-
Total		45.819	-	45.819	45.815	76.046
Mantidos até o vencimento						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	39.270	-	39.270	38.201	35.501
Debêntures	2	40.464	-	40.464	37.977	40.340
Letras Financeiras	2	-	-	-	-	31.527
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)	1	-	-	-	-	-
Total		79.734	-	79.734	76.178	107.369
Total das Aplicações		907.996	-	907.996	900.204	868.923

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento. A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo. Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, são dados não observáveis para o ativo ou passivo;

a. Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	868.923	993.680	868.923	993.680
Aplicações	8.247.441	7.273.438	8.247.441	7.273.438
Resgates de aplicações	(8.325.856)	(7.539.892)	(8.325.856)	(7.539.892)
Recebimento de Juros	24.089	44.866	24.089	44.866
Rendimento aplicações	96.654	105.171	96.654	105.171
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(11.047)	(8.340)	(11.047)	(8.340)
Saldo no final do exercício	900.204	868.923	900.204	868.923

Parte dos saldos das aplicações são utilizadas pela Unimed Nacional para garantia de lastro das provisões técnicas. A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto e que tenham sido avisados há mais de 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas n.º 227/10 e 392/15, que regulamentam o

procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde, demonstrado abaixo.

b. Provisões técnicas a vincular e lastrear

Provisões Técnicas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PPCNG	49.905	69.520	49.905	69.520
Remissão	25.932	19.715	25.932	19.715
PEONA	1.069.342	895.233	1.069.342	895.233
PESL	297.439	256.502	297.439	256.502
PESL SUS	206.408	200.959	206.408	200.959
Total das provisões técnicas	1.649.026	1.441.929	1.649.026	1.441.929
Provisão que não exige ativo garantidor (PPCNG)	(49.905)	(69.520)	(49.905)	(69.520)
PESL garantida por depósito judicial	(172.398)	(174.327)	(172.398)	(174.327)
Débitos de parcelamento ao SUS aprovados pela ANS	(49.421)	(40.353)	(49.421)	(40.353)
Corresponsabilidade assumida	(150.171)	(150.042)	(150.171)	(150.042)
SUS RN 574	-	-	-	-
Total exigível de ativos lastreados (A)	1.227.132	1.007.687	1.227.132	1.007.687
Avisada em até 30 dias	(96.822)	(104.658)	(96.822)	(104.658)
Total exigível de ativos vinculados (B)	1.130.310	903.029	1.130.310	903.029
Aplicações financeiras garantidoras				
Vinculados	843.010	779.597	843.010	779.597
Não vinculados	5.737	3.988	5.737	3.988
Imóveis Assistenciais	12.402	10.801	12.402	10.801
Total garantidor (C)	848.747	783.585	848.747	783.585
Total vinculado (D)	843.010	779.597	843.010	779.597
Suficiência de ativos lastreados (C) - (A)	(365.983)	(213.301)	(365.983)	(213.301)
Suficiência de ativos vinculados (D) - (B)	(274.898)	(112.631)	(274.898)	(112.631)

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência a saúde	538.225	463.257	538.225	463.257
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(136.803)	(73.312)	(136.803)	(73.312)
Contraprestação pecuniária a receber	401.422	389.945	401.422	389.945
Participação dos beneficiários em eventos	49.533	43.638	49.533	43.638
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.787)	(1.931)	(3.787)	(1.931)
Participação dos beneficiários em eventos	45.746	41.707	45.746	41.707
Contraprestações a faturar (*)	260.846	188.912	260.846	188.912
Outros créditos	4.186	7.693	4.186	7.693
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(44)	(1.887)	(44)	(1.887)
Outros créditos de operações de planos de saúde	264.988	194.718	264.988	194.718
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida	139.571	162.919	139.571	162.919
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.227)	(347)	(3.227)	(347)
Operadoras de planos de assistência à saúde	136.344	162.572	136.344	162.572
Total	848.500	788.942	848.500	788.942

(*) Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço "pós-estabelecidos" já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa 3a.

a. Idade dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	668.114	604.666	668.114	604.666
Vencidos de 1 a 30 dias	56.435	65.910	56.435	65.910
Vencidos de 31 a 60 dias	10.795	33.069	10.795	33.069
Vencidos de 61 a 90 dias	7.946	28.148	7.946	28.148
Vencidos de 91 a 180 dias	36.210	22.425	36.210	22.425
Vencidos de 181 a 365 dias	69.576	35.667	69.576	35.667
Vencidos há mais de 365 dias	143.285	76.533	143.285	76.533
Subtotal	992.361	866.418	992.361	866.418
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(143.861)	(77.476)	(143.861)	(77.476)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	848.500	788.942	848.500	788.942

b. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	788.942	562.216	788.942	562.216
Emissões	9.857.273	11.946.770	9.857.273	11.946.770
Recebimentos	(9.731.330)	(11.685.010)	(9.731.330)	(11.685.010)
PPSC (+/-)	(66.385)	(35.034)	(66.385)	(35.034)
Saldo no final do exercício	848.500	788.942	848.500	788.942

A operadora utiliza para mensuração dos valores referentes a Provisão de Perda Sobre Créditos (PPSC) um estudo técnico de recuperabilidade em consideração ao histórico de perdas e os riscos de inadimplência, dentre outros fatores, em relação aos créditos a receber de qualquer natureza e origem para constituir a provisão por um prazo diferente dos previstos nos itens 10.2.3.1, 10.2.3.2 e 10.2.3.3 da resolução normativa 528 e devidamente aprovado por auditoria independente.

Como medida complementar, a fim de mitigar incertezas sobre o contexto econômico e de inadimplência, no mínimo anualmente, a Administração indica a análise e apuração: Sob o comportamento financeiro, é realizado uma análise em relação aos valores vencidos a partir de 365 dias: considerando a diferença entre o “saldo contábil total de PPSC (Provisão de Perda Sobre Créditos)” e o “saldo contábil total do Contas a Receber a partir de 365 dias vencidos”. Após análise viabilizada, conclui-se junto a administração a necessidade de provisão/reversão complementar de PPSC. O detalhamento do estudo complementar é apurar se o total de recebíveis acima de 365 dias está coberto pelo saldo atual da Provisão de Perda, considerando a apuração mensal da metodologia estatística e/ou estudos complementares anteriores.

Os recebíveis vinculados a acordos, tratativas e/ou processo com expectativa de recebimento, não são provisionados, dada a expectativa de recebimento pela Administração. Em caso de provisão de perda, em que o saldo é de alta suficiência para os segmentos de PJ, PF ou Intercâmbio, a Administração entende como viável a transferência de saldos entre as contas contábeis correlacionadas a ponto de equalizar estimativas de exercícios anteriores.

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

a. Composição do Saldo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Intercâmbio Eventual*	65.154	61.948	65.154	61.950
Intercambio a Faturar	126	11.251	126	11.251
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(7.920)	(5.742)	(7.920)	(5.742)
Contraprestação pecuniária a receber	57.360	67.457	57.360	67.459

(*) Intercâmbio a faturar - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.

b. Idade dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	34.380	55.536	34.380	55.536
Vencidos de 1 a 30 dias	4.760	3.231	4.760	3.231
Vencidos de 31 a 60 dias	88	3.655	88	3.655
Vencidos de 61 a 90 dias	2.435	3.753	2.435	3.753
Vencidos de 91 a 180 dias	9.971	650	9.971	650
Vencidos de 181 a 365 dias	6.298	702	6.298	702
Vencidos há mais de 365 dias	7.348	5.672	7.348	5.674
Subtotal	65.280	73.199	65.280	73.201
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(7.920)	(5.742)	(7.920)	(5.742)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	57.360	67.457	57.360	67.459

c. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	67.457	77.958	67.459	77.958
Emissões	892.811	766.476	892.811	766.476
Recebimentos	(900.732)	(799.393)	(900.732)	(799.391)
PPSC (+/-)	(2.178)	22.416	(2.178)	22.416
Saldo no final do exercício	57.360	67.457	57.360	67.459

d. Títulos e Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos	110	174	110	174
Outros títulos a receber - LP	48.605	677	48.605	677
Contas a receber - depósitos judiciais	18.462	9.199	18.462	9.199
Contraprestação a receber	-	35.524	-	35.524
Taxa de saúde suplementar	13.123	42.525	13.123	42.525
Acordos	197.733	113.351	197.733	113.351
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(45.763)	(95.003)	(45.763)	(95.003)
Total	232.270	106.447	232.270	106.447

7 Créditos tributários, ativos e passivos fiscais diferidos

a. Composição do Saldo

Controladora				Controladora			
2024				2023			
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Impostos a recuperar	53.154	46.732	99.886	Impostos a recuperar	56.671	47.557	104.228
Total	53.154	46.732	99.886	Total	56.671	47.557	104.228

Consolidado				Consolidado			
2024				2023			
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Impostos a recuperar	53.154	46.732	99.886	Impostos a recuperar	56.671	47.557	104.228
Total	53.154	46.732	99.886	Total	56.671	47.557	104.228

b. Movimentação de créditos tributários e previdenciários

Controladora				
	Saldo em 2023	Constituição	Compensação	Saldo em 2024
IRRF	67.740	190.963	(195.837)	62.866
IRPJ e CSLL	21.459	109.492	(120.076)	10.875
PIS e COFINS	9.568	36.002	(39.381)	6.189
ISS	159	14.906	(510)	14.555
Outros	5.302	392	(316)	5.378
IOF	-	403	(381)	22
Total	104.228	352.158	(356.501)	99.885

Consolidado				
	Saldo em 2023	Constituição	Compensação	Saldo em 2024
IRRF	67.740	190.963	(195.837)	62.866
IRPJ e CSLL	21.459	109.492	(120.076)	10.875
PIS e COFINS	9.568	36.002	(39.381)	6.189
ISS	159	14.906	(510)	14.555
Outros	5.302	392	(316)	5.378
IOF	-	403	(381)	22
Total	104.228	352.158	(356.501)	99.885

c. Tributos diferidos

	Saldo em 2023	Constituição	Compensação	Saldo em 2024
Contingência cíveis	16.167	44.729	(24.462)	36.433
Contingências trabalhistas	1.689	238	(423)	1.504
Contingências fiscais	37.845	27.349	(2.543)	62.651
Provisão sobre perdas créditos	43.747	24.667	-	68.414
Provisões para participações sobre o lucro	1.976	1.306	(701)	2.581
Pis e Cofins sobre PESSL	27.886	8.838	(13.295)	23.429
Prejuízos Fiscais – Controladora	210.468	-	(4.627)	205.841
Prejuízos Fiscais – Controlada	-	-	-	-
Outras compensações/estornos	(13.191)	-	(85)	(13.276)
Passivos Fiscais Diferidos	(45.900)	-	1.700	(44.200)
Total	280.687	107.126	(44.436)	343.377

Controladora				
		Circulante	Não Circulante	Total
Ativos Fiscais Diferidos		-	387.577	387.577
Passivos Fiscais Diferidos		-	(44.200)	(44.200)
Total			343.377	343.377

Consolidado				
		Circulante	Não Circulante	Total
Ativos Fiscais Diferidos		-	387.577	387.577
Passivos Fiscais Diferidos		-	(44.200)	(44.200)
Total			343.377	343.377

d. Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

Ano	%
2025	0,00%
2026	10,35%
2027	20,68%
Anos subsequentes	68,97%
Total	100%

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias decorrentes do processo de apuração de IRPJ/CSLL relativos as provisões para contingências cíveis e tributárias, provisões para perdas sobre créditos, provisão para participações sobre o lucro (PLR) Pis e COFINS sobre PESSL (Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar) e compensações de bases negativas decorrentes de prejuízos fiscais. No que tange aos passivos fiscais, montante está relacionado aos tributos diferidos da parceria firmada com a empresa Oncoclínicas (vide detalhes Nota Explicativa 8).

8 Investimentos

a. Informações das investidas, controlada e joint venture

	Quantidade de ações/quotas possuídas	Valor quota/ação em reais (unitário)	Participação %	Saldo em 31/12/2023	Investimento Inicial	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Integralização de capital	Juros sobre capital	Compra de ações preferenciais	Venda de Participação Societária	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Baikal Participações S.A (iv)	50.010	50.010	25%	53.337	-	-	-	-	-	-	6.612	59.949
Angara Participações S.A (iv)	9.602	9.602	25%	12.959	-	-	-	-	-	-	3.361	16.320
Yukon Participações S.A (iv)	15.403	15.403	25%	17.036	-	-	-	-	-	-	2.890	19.926
Vital Med Brasília	13.000.000	13.000.000	50%	-	13.000	-	-	-	-	-	(738)	12.262
Unimed Administração e Serviços (iii)	2.863.319	2.863.319	100%	935	-	1.210	-	-	-	-	7.939	10.084
Unimed Participações Ltda (i)	2.599.707	2.599.707	0,22%	76.200	-	675	-	-	1.436	(85.535)	13.976	6.754
Union Tecnologia (ii)	6.088.288	6.088.288	20%	9.586	-	1.664	-	-	-	-	(1.727)	9.523
Integra Unimed Ltda	5.000	5.000	50%	5.637	-	-	-	-	-	-	197	5.834
Unimed Sudeste Paulista	162.774	162.774,00	5%	64	-	-	-	-	-	-	-	64
Interall Tecnologia de dados Ltda	3.523.000	3.523.000	22%	1.057	1.057	-	-	-	-	-	(453)	1.661
Trix Participações E Investimentos	-	-	49%	-	7.645	-	-	-	-	-	(432)	7.213
Unimed do Brasil	-	-	-	6.987	-	-	-	-	-	-	1.048	8.035
Sicoob	-	-	-	911	-	-	2.001	4	-	-	155	3.071
Sicred	-	-	-	29	-	-	-	-	-	-	3	32
Uniprime	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	64	65
Equity				184.739	21.702	3.549	2.001	4	1.436	(85.535)	32.895	160.793

(i) A Unimed Nacional detém 0,22% do capital da Unimed Participações.

(ii) A Operadora detém 20% do capital da Unio Soluções em Tecnologia LTDA. O capital da Unio é dividido igualmente entre 5 sócias, que são responsáveis pelo direcionamento estratégico da companhia. A sociedade, sediada em Vitória-ES, tem por finalidade desenvolver soluções em tecnologia no ramo de saúde suplementar.

(iii) A Unimed Nacional possui 100% do capital da Unimed Administração e Serviços - UAS, possui o Controle da companhia.

(iv) A Unimed Nacional em acordo estratégico com a Oncoclínicas adquiriu participação nas Joint Ventures Baikal, Yukon e Angará, Unimed Nacional detém 25% de participação no capital social das companhias, conforme descrito no item b.

b. Informações joint venture

A Unimed Nacional e o Grupo Oncoclínicas firmaram parceria para prestação de serviços de tratamento oncológico aos beneficiários da Cooperativa Nacional e aos beneficiários de intercâmbio, com a constituição de 3 empresas: (i) Baikal, em São Paulo; (ii) Angará, em Brasília; e, (iii) Yukon, em Salvador. O contrato tem vigência de 30 anos e foi estabelecido por meio da criação de uma Joint Venture, onde o Grupo Oncoclínicas possui 75% de participação e a Unimed Nacional possui os outros 25%, contudo, apesar da diferença de capital, o contrato possui dispositivos que determinam o controle conjunto da operação das companhias. O projeto ainda contempla a criação de um centro de referência em oncologia, na capital de São Paulo e tem a premissa de transferência gradual dos pacientes em tratamento para as unidades supracitadas.

Como a parceria entre Oncoclínicas e Unimed Nacional estipula obrigações por parte da Unimed Nacional, a companhia também realizou avaliação da possível existência de passivos financeiros, mas, pela observação do total cumprimento do plano de negócios, tal existência foi descartada pela administração.

9 Bens e títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a Funcionários	1.726	1.423	1.726	1.423
Estoque - Recursos Próprios	10.518	10.258	10.518	10.258
Outros títulos a receber	283.330	103.607	283.330	66.213
Adiantamento a Fornecedores	19.270	214.082	19.270	214.082
Unimeds	36.168	42.097	36.168	42.097
Bloqueio judicial	51.751	21.455	51.751	21.455
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(252.221)	(191.434)	(252.221)	(191.434)
Total	150.542	201.488	150.542	164.094

Os valores provenientes de bens e títulos a receber estão segregados em rubricas contábeis específicas, em atendimento ao plano de contas exigido pela ANS no que tange a Resolução Normativa 528/2022. Os valores classificados como adiantamentos tem como objetivo demonstrar os montantes desembolsados pela operadora de forma antecipada aos prestadores de serviços assistenciais em detrimento do atendimento aos beneficiários específicos, por meio de acordos operacionais. O montante destacado no item Unimeds tem como características legais a destinação de recursos a singulares em promoção e apoio as Unimeds prestadoras. O item outros títulos a receber são bens e títulos a receber operacionais não relacionados a plano de saúde das operadoras e com prazos definidos para recebimento, sendo estes com garantias judiciais.

10 Imobilizado/Intangível

a. Composição do saldo

	Controladora			Controladora			Consolidado	Consolidado
	2024			2023			2024	2023
	Custo	Depreciação	Saldo	Custo	Depreciação	Saldo	Saldo	Saldo
Imóveis de uso próprio não hospitalares	15.595	(2.818)	12.777	15.595	(2.065)	13.530	12.777	50.799
Edificações	15.595	(2.818)	12.777	15.595	(2.065)	13.530	12.777	50.799
Imobilizado de uso próprio não hospitalares	101.091	(27.975)	73.116	66.667	(26.564)	40.103	74.064	41.301
Móveis e utensílios	3.914	(3.755)	159	3.914	(3.623)	291	187	334
Veículos	3	(3)	-	3	(3)	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	15.279	(15.249)	30	15.279	(15.137)	142	30	142
Máquinas e equipamentos	1.250	(1.127)	123	1.250	(1.052)	198	174	263
Benfeitorias em imóveis de terceiros	27.747	(7.841)	19.906	29.764	(6.749)	23.015	20.775	24.105
Imobilizações em curso	52.898	-	52.898	16.457	-	16.457	52.898	16.457
Imobilizado de uso próprio hospitalares	83.747	(4.530)	79.217	65.655	-	65.655	79.217	65.655
Bens em fase de Implantação Hospitalar	58.190	(2.099)	56.091	65.655	-	65.655	56.091	65.655
Móveis e utensílios	7.027	(613)	6.414	-	-	-	6.414	-
Instalações	119	(11)	108	-	-	-	108	-
Equipamentos de processamento de dados	1.343	-	1.343	-	-	-	1.343	-
Equipamentos de Infra	16.290	(1.776)	14.514	-	-	-	14.514	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	778	(31)	747	-	-	-	747	-
Intangível	509.020	(180.130)	328.890	448.898	(145.627)	303.271	328.890	303.271
Software	204.342	(92.643)	111.699	137.559	(73.426)	64.133	111.699	64.133
Software Hospitalar	1.226	(245)	981	7.887	(131)	7.756	981	7.756
Carteira de Clientes	303.452	(87.242)	216.210	303.452	(72.070)	231.382	216.210	231.382
Total	709.453	(215.453)	494.000	596.815	(174.256)	422.559	494.948	461.026

b. Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em Andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Intangível	Aquisição de Carteira	Total Controladora	Total Consolidado
Custo de aquisição											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.014	3.920	3	15.279	1.252	40.347	8.263	82.975	303.452	464.505	469.229
Aquisições	11.380	-	-	-	-	71.729	-	62.062	-	145.171	182.566
Transferência	-	-	-	-	-	(89.466)	21.501	(6.532)	-	(74.497)	(74.497)
Alienações	(4.799)	(6)	-	-	(2)	(6.153)	-	(945)	-	(11.905)	(11.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.595	3.914	3	15.279	1.250	16.457	29.764	137.560	303.452	523.274	565.393
Aquisições	-	-	-	-	-	45.610	4	62.146	-	107.760	107.760
Transferência	-	-	-	-	-	(6.649)	-	4.762	-	(1.887)	(1.887)
Alienações	-	-	-	-	-	(2.520)	-	(126)	-	(2.646)	(40.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.595	3.914	3	15.279	1.250	52.898	29.768	204.342	303.452	626.501	631.226
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.855)	(3.451)	(3)	(15.020)	(969)	-	(3.596)	(58.946)	(56.898)	(141.738)	(145.124)
Depreciação do exercício	(928)	(177)	-	(117)	(83)	-	(3.153)	(14.479)	(15.172)	(34.109)	(34.376)
Alienações	1.718	5	-	-	-	-	-	-	-	1.723	1.723
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.065)	(3.623)	(3)	(15.137)	(1.052)	-	(6.749)	(73.425)	(72.070)	(174.124)	(177.777)
Depreciação do exercício	(753)	(132)	-	(112)	(75)	-	(3.109)	(19.016)	(15.172)	(38.369)	(38.493)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	(238)	-	(238)	(238)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	32	-	32	32
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.818)	(3.755)	(3)	(15.249)	(1.127)	-	(9.858)	(92.647)	(87.242)	(212.699)	(216.476)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	12.777	159	-	30	123	52.898	19.910	111.695	216.210	413.802	414.751

c. **Movimentação Hospitalar**

	Bens em fase de Implantação Hospitalar	Móveis e utensílios Hospitalar	Instalações Hospitalar	Equipamentos de processamento de dados Hospitalar	Equipamentos de Infra Hospitalar	Benfeitorias em imóveis de terceiros Hospitalar	Intangível Hospitalar	Total Controladora	Total Consolidado
Custo de aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	2.018	-	-	-	-	-	238	2.256	2.256
Transferência	66.610	-	-	-	-	-	7.887	74.497	74.497
Alienações	(956)	-	-	-	-	-	-	(956)	(956)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.672	-	-	-	-	-	8.125	75.797	75.797
Aquisições	7.288	-	-	-	-	-	-	7.288	7.288
Transferência	(16.771)	7.027	119	1.343	16.290	778	(6.899)	1.887	1.887
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.189	7.027	119	1.343	16.290	778	1.226	84.972	84.972
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(1.951)	(613)	(11)	-	(1.776)	(31)	(639)	(5.021)	(5.021)
Transferência	(156)	-	-	-	-	-	394	238	238
Alienações	8	-	-	-	-	-	-	8	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.099)	(613)	(11)	-	(1.776)	(31)	(245)	(4.775)	(4.775)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	56.090	6.414	108	1.342	14.514	747	981	80.197	80.197

d. Intangível

Combinação de Negócios

Em 31 de março de 2019 a Operadora adquiriu, da Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (FESP), um negócio que contemplou: (i) em 2020 carteira de vidas de planos individuais, familiar e coletivos relativo à praça de São Paulo; (ii) direito a exclusividade para venda de planos individuais e coletivos, na praça de São Paulo, por 20 (vinte) anos; (iii) prestar serviços de intercâmbio para outras singulares do sistema Unimed, na praça de São Paulo por 20 anos.

Em 2024 a amortização deste ativo, que contempla carteira adquirida, praça de atuação contemplando inclusive atendimentos em intercâmbio, segue seu fluxo de forma linear a taxa aplicada de 5% ao ano sendo R\$ 15.173 (R\$ 15.173) em 2023. A Unimed Nacional realizou o teste de redução ao valor recuperável explanado na rubrica abaixo (Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)).

Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Unimed Nacional revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para a determinação do valor contábil da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a Operadora considerou a operação de aquisição de negócios da FESP, com um todo, no qual o principal ativo, corresponde à aquisição da carteira de clientes da praça São Paulo. Tal consideração tomou como decisão, a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Operadora obterá geração de benefício econômico.

As premissas utilizadas foram apuradas através de observações de premissas de mercado (preferencialmente o mercado de saúde suplementar), do desempenho histórico do Sistema Unimed e da Unimed Nacional, do desempenho histórico da carteira que foi migrada, além das legislações tributárias vigentes. As principais premissas foram:

Combinação de Negócio FESP

Valor contábil líquido em 2024	216.209
Premissas	
WACC - 16,48%	
Sinistralidade - Variação entre 81% e 88%, no intervalo de 2024 a 2038	
Impostos Diretos - ISS 2% e PIS/COFINS 4,65%	

Despesas Administrativas - Variação de 11,4% a 12,6% do total das receitas de contraprestações e de intercâmbio
IR e CSL - Alíquota efetiva de 34%

De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada por empresa independente, que auxiliou a Operadora na avaliação de recuperabilidade, concluiu-se que o valor em uso da UGC é superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável do intangível está de acordo com as projeções internas para o período de 20 anos. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Operadora.

A Operadora também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Projeções Macroeconômicas do Banco Santander), Índice geral de preços – IPCA Longo Prazo (fonte: Banco Central do Brasil), e Taxa de juros (fonte: Projeções Macroeconômicas do Banco Santander).

Considerou também dados da ANS e de mercado como: Avaliação de custo médico-hospitalar (fonte: VCMH) é um índice médico do instituto de estudo e saúde suplementar (fonte: IEES), análise de precificação de plano de saúde (fonte: UNIDAS-CD Comissão Mista ABRAPP), taxa de sinistralidade e população de São Paulo e percentual coberto por plano de saúde (fonte: ANS).

11 Direito de uso Arrendamento

Os arrendamentos no quais a cooperativa (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios das propriedades são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos pagamentos previstos em contrato, como determina o CPC 06.

Durante o período de vigência do contrato todo juros relacionado ao arrendamento deve ser reconhecido na demonstração do resultado como despesa financeira.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram CDI + 0,26% a.a. e taxa de juros IGPM de 4,50% a.a.

	Controladora Direito de uso Arrendamento	Total Consolidado
Custo de aquisição		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90.565	90.565
Aquisições	12.067	12.067
Saldo em 31 de dezembro de 2024	102.632	102.632
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(9.843)	(9.843)
Depreciação do exercício	(9.645)	(9.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(19.488)	(19.488)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	83.144	83.144
Movimentação do Passivo de Arrendamento		
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(104.329)	(104.329)
Novos Contratos	(12.066)	(12.066)
Pagamento Principal	16.073	16.073
Juros	(13.650)	(13.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(113.972)	(113.972)
Circulante	19.913	19.913
Não Circulante	94.059	94.059

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Composição das contas de provisões técnicas (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisões de contraprestações				
Provisão para contraprestações não ganhas	49.904	69.520	49.904	69.520
Provisão para remissão	25.932	19.715	25.932	19.715
Subtotal	75.836	89.235	75.836	89.235
Provisões de eventos				
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	206.408	200.959	206.408	200.959
Provisão de eventos a liquidar para prestadores (ii)	297.440	256.502	297.440	256.502
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (iii)	1.069.342	895.232	1.069.343	895.232
Subtotal	1.573.190	1.352.693	1.573.191	1.352.693
Total	1.649.026	1.441.928	1.649.027	1.441.929

b. Movimentação

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	Saldo Final 2023	(+) Eventos Avisados	(+) Constituições	(-) Eventos pagos	(-) Reversões	Saldo no final do exercício 2024
Provisão para contraprestações não ganhas	69.520	-	8.295.506	-	8.315.121	49.905
Provisão para remissão	19.715	-	9.929	-	3.712	25.932
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	200.959	32.952	-	13.089	14.414	206.408
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	256.502	11.020.603	-	10.979.666	-	297.439
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	895.232	-	187.483	-	13.373	1.069.342
Totais	1.441.928	11.053.555	8492.918	10.992.755	8.346.620	1.649.026

c. Idade de Saldos

Provisão de eventos a liquidar para prestadores	Controlada		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Avisados até 30	238.892	241.385	238.892	241.385
Avisados 31 a 60 dias	45.284	10363	45.284	10363
Avisados acima de 60 dias	13.264	4754	13.264	4754
Total	297.440	256.502	297.440	256.502

13 Débitos de operações de assistência à saúde

a. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos. A Operadora emite os boletos de forma antecipada aos seus beneficiários, e em contrapartida realiza os devidos registros em grupo específico destinado a este fim, conforme RN 435. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da controladora e consolidado é de R\$ 75.367 (R\$ 63.922 em 2023).

b. Comercialização sobre operações

Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização de planos de assistência à saúde. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da controladora e consolidado é de R\$ 18.017 (R\$ 12.857 em 2023).

14 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Corresponde à valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 110.288 na controladora e R\$ 110.288 no consolidado (R\$ 57.583 na controladora e R\$ 57.583 no consolidado em 2023).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Avisados até 30	46.044	45.266	46.044	45.266
Avisados 31 a 60 dias	34.164	4.853	34.164	4.853
Avisados acima de 60 dias	30.080	7.464	30.080	7.464
Total	110.288	57.583	110.288	57.583

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
FGTS	3.568	2.002	3.568	2.002
PIS e COFINS	4.115	8.904	4.115	8.904
Retenções de impostos e contribuições	31.805	42.719	31.805	42.719
Parcelamentos de impostos e contribuições	135.900	-	139.125	-
Total	175.388	53.625	178.613	53.625

Refere-se a impostos e contribuições (IR, ISS, COFINS, PIS, Contribuição Social e Contribuições Previdenciária) retidos sobre serviços recebidos.

16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos estão atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. Os empréstimos apresentam as seguintes características:

Movimentação de 2024										
Produto	% a.a.	Data de Abertura da Operação	Data de Vencimento	Saldo Inicial 2023	Novo	Valor Total pagar	Apropriação de Juros	Pagamento de juros e encargos	Pagamento Valor Principal	Saldo em 2024
UNIPRIME	CDI	18/04/2023	19/04/2028	22.100	-	22.100	2.808	(2.754)	(3.168)	18.986
DIVICRED	3,6599	28/04/2023	20/03/2028	19.391	-	19.390	1.815	(1.883)	(19.322)	-
SICOOB	CDI + 1,63	16/09/2021	22/07/2024	12.305	-	12.305	452	(748)	(12.009)	-
CCB GIRO ITAÚ	CDI +2,50	02/03/2022	26/02/2025	146.908	-	146.908	7.165	(14.073)	(140.000)	-
CCB GIRO ITAÚ	CDI +2,59	29/12/2021	26/08/2025	36.366	-	36.366	1.872	(11.092)	(27.146)	-
UNICENTRO	4,0326	10/05/2023	09/06/2028	22.678	-	22.678	1.937	(2.115)	(22.500)	-
SICOOB	2,6	10/01/2022	20/01/2027	56.655	-	56.654	6.064	(6.123)	(18.822)	37.773
DAYCOVAL	1,4848	10/11/2023	03/11/2026	40.711	-	40.711	6.854	(6.946)	(7.812)	32.807
BANCO PAULISTA	CDI + 3	05/02/2024	01/02/2027	-	15.000	15.000	1.480	(906)	(15.574)	-
BANCO PAULISTA	CDI + 3	19/02/2024	03/02/2027	-	15.000	15.000	1.400	(791)	(15.609)	-
BANCO INDUSTRIAL	---	01/01/2023	----	74.613	135.430	210.043	-	-	(146.855)	63.188
SANTANDER	CDI +2,50	16/11/2023	22/02/2024	10.000	-	10.000	-	-	(10.000)	-
QUALICORP	---	26/09/2023	25/01/2024	30.000	-	30.000	1.500	-	(31.500)	-
TECBEN	---	28/12/2023	15/06/2024	3.000	-	3.000	-	-	(3.000)	-
CNCL	---	22/12/2023	30/04/2023	17.817	-	17.817	-	-	(17.817)	-
				492.544	165.430	657.972	33.347	(47.431)	(491.134)	152.754

Movimentação de 2023										
Produto	% a.a.	Data de Abertura da Operação	Data de Vencimento	Saldo Inicial 2022	Novo	Valor Total pagar	Apropriação de Juros	Pagamento de juros e encargos	Pagamento Valor Principal	Saldo em 2023
UNIPRIME	CDI	18/04/2023	19/04/2028	-	22.000	22.000	2.349	(1.998)	(251)	22.100
DIVICRED	3,6599	28/04/2023	20/03/2028	-	20.100	20.100	2.163	(1.822)	(1.050)	19.391
SICOOB	CDI + 1,63	16/09/2021	22/07/2024	28.813	-	28.813	2.690	(3.188)	(16.010)	12.305
CCB GIRO ITAÚ (i)	CDI +2,50	02/03/2022	26/02/2025	237.312	-	237.312	26.961	(46.933)	(70.432)	146.908
CCB GIRO ITAÚ	CDI +2,59	29/12/2021	26/08/2025	66.457	-	66.457	8.327	(6.372)	(32.046)	36.366
UNICENTRO	4,0326	10/05/2023	09/06/2028	-	25.000	25.000	1.723	(1.676)	(2.369)	22.678
SICOOB	2,6	10/01/2022	20/01/2027	75.648	-	75.648	9.913	(9.406)	(19.500)	56.655
DAYCOVAL	1,4848	10/11/2023	03/11/2026	-	40.000	39.416	1.295	-	-	40.711
BANCO INDUSTRIAL	---	01/01/2023	----	-	74.613	74.613	-	-	-	74.613
SANTANDER	CDI +2,50	16/11/2023	22/02/2024	-	10.000	10.000	-	-	-	10.000
QUALICORP	---	26/09/2023	25/01/2024	-	30.000	30.000	-	-	-	30.000
TECBEN	---	28/12/2023	15/06/2024	-	3.000	3.000	-	-	-	3.000
CNCL	---	22/12/2023	30/04/2023	-	17.817	17.817	-	-	-	17.817
				408.230	242.530	650.176	55.421	(71.395)	(141.658)	492.544

Garantias:

- As operações em aberto em 2024 referem-se a Cessão de direitos creditórios/títulos de crédito de recebíveis de clientes Unimed Nacional, a exceção da operação com Banco Daycoval que refere-se a tomada de crédito via CCB que também está garantida com direitos creditórios.

17 Débitos diversos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações com pessoal	37.179	30.875	37.179	30.875
Fornecedores	56.718	90.301	56.716	90.301
Depósitos não identificados	17.696	9.985	17.696	9.985
Outros débitos a pagar	51.359	4.474	40.959	4.474
Arrendamentos	113.972	104.329	113.972	104.329
Antecipação de recebíveis (a)	566.082	164.985	566.082	164.985
Total	843.006	404.949	832.604	404.949
Circulante	661.447	284.447	661.652	284.447

- Não circulante 181.559 120.502 170.952 120.502
- (a) As antecipações de recebíveis tem duração máxima de 35 dias entre a cessão do crédito para as instituições financeiras e sua liquidação.

18 Provisões e depósitos judiciais

Provisão

Provisões					Controladora	Consolidado
	Saldo anterior	Principal	Atualizações/multa	Reversão/pagamento	Saldo atual	Saldo atual
Administrativo ANS	14.014	5.324	-	(12.333)	7.006	7.006
Tributos federais	6.453	-	240	-	6.693	6.693
Tributos Municipais ISS	296.325	159.069	-	(39.589)	415.805	415.804
Trabalhistas	11.087	775	158	(1.832)	10.188	10.188
Cíveis	109.831	186.488	8.768	(97.210)	207.877	208.256
Total	437.710	351.656	9.166	(150.964)	647.570	647.947
Passivo Circulante					7.005	7.005
Passivo não circulante					640.565	640.942
					647.570	647.947

Deposito Judicial

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos Municipais ISS	448.921	302.275	448.921	302.275
Trabalhistas	4.057	5.375	4.057	5.375
Cíveis	124.716	73.557	124.938	73.779
Ressarcimento ao SUS (i)	172.398	174.327	172.398	174.327
Multas ANS	-	-	-	-
Total	750.092	555.534	750.314	555.756

- (i) As provisões do ressarcimento ao SUS são registradas nos grupos de provisões técnicas que soma R\$ 172.398 em 2024 (R\$ 174.327 em 2023).

Tributos federais

A Operadora responde a 9 (9 em 2023) processos de natureza tributária com possibilidade de perda Provável. Para fazer face às prováveis perdas foi constituída provisão de R\$ 6.693 (R\$ 6.453 em 2023). A Operadora também responde a 50 processos (30 em 2023) avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 858.828 (R\$ 6.523 em 2023).

ISS

Em decorrência da promulgação da Lei Complementar 157/16 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, a Cooperativa passou a apurar o Impostos sobre Serviços ("ISS") com base na legislação do município do tomador de serviço. Entretanto, em virtude da publicação da ADI 5835 em 4 de abril de 2018, os efeitos da referida Lei Complementar foram suspensos – bem como os efeitos das legislações municipais cujos termos se referem à mencionada Lei Complementar – ou seja, a Cooperativa voltou a apurar o ISS com base na legislação de residência do prestador de serviço.

Diante das interpretações controversas dos demais municípios, sem prejuízo de garantir o cumprimento da ADI, a Cooperativa optou por solicitar ao Poder Judiciário uma tutela provisória para suspender a exigibilidade dos débitos de ISS cobrados por outros municípios que não o de São Paulo e possibilitar o pagamento do ISS por meio de depósito judicial.

Contudo, a RESOLUÇÃO CGOA Nº 4, DE 25 DE ABRIL DE 2022 Regulamenta a obrigação acessória de padrão nacional, denominada Declaração Padronizada do ISSQN (DEPISS), destinada à declaração das operações de prestação de serviços e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, e outros aspectos correlatos. Esta ação resultará em um processo integrado de geração de guias a serem recolhidas para todo o território nacional. A mesma continua suspensa pelo ente federal.

Trabalhistas

A Operadora responde a 173 (393 em 2023) processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R\$ 10.188 (R\$ 10.188 em 2023) referente a 194 processos avaliados com risco de perda provável, 148 processos com risco possível não provisionado de R\$ 5.100 (R\$ 7.680 em 2023).

Cíveis

A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação UNIMED NACIONAL e alguns são oriundos da aquisição da carteira FESP. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão de R\$ 10.188 (R\$ 10.208 em 2023) para 8.960 processos (5.342 em 2023) classificados como risco provável. A Operadora também responde a 12.929 processos (10.344 em 2023) avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 182.387 (R\$ 128.254 em 2023).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é composto por 325.700 quotas-partes (232.003 quotas-partes em 2023), com valor unitário de R\$ 100,00. A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de associadas é 339 (337 em 2023).

b. Reservas

A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% do resultado do ato cooperativo. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% do resultado do ato cooperativo e 100% do resultado do ato não cooperativo, na forma do artigo 28 da lei 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no artigo 58 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas judiciais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

c. Destinação das perdas/sobras

A perda líquida do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, realizada em 20/03/2024. As perdas líquidas corresponderam a R\$ 581.394.219,85 (quinhentos e oitenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) negativos,

sendo absorvido: (i) R\$ 204.742.793,33 (duzentos e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) pelo Fundo de Reserva; e (ii) R\$ 376.651.426,52 (trezentos e setenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos) pelo Fundo para Contingências Regulatórias Extraordinárias".

d. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC 39/00 e alterações posteriores, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN 526/22 o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Resolução Normativa 461/20. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator "K", observando a tabela do Anexo I da RN 526/22 e o TAC (*) datado de 2015. A Administração realiza os cálculos para obtenção do valor mínimo de patrimônio líquido obedecendo respectivamente a norma.

O capital regulatório, conforme determinado pela RN 526/22, trata-se do limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas nesta Resolução Normativa. Para tanto, o capital regulatório previsto pela norma até o final de 2022 e a ser observado pela Operadora será o maior valor entre os montantes apurados para Margem de solvência e capital baseado em riscos.

A ANS, por meio de comunicado nº 97, em 22 de setembro de 2022, decidiu suspender a adoção de medidas administrativas decorrentes de acompanhamento econômico-financeiro das operadoras de planos de assistência à saúde, bem como de procedimentos de adequação econômico-financeira e regimes de direção fiscal, no casos em que: (a) a insuficiência de margem de solvência seja o único motivador da tomada de medida e (b) atinja operadora de plano de assistência à saúde que se considere, em análise prospectiva, suficiente quanto ao Capital Baseado em Riscos conforme os parâmetros previstos na Resolução Normativa nº 526, de 29 de abril de 2022. Em 2023, passa a ser obrigatório a adoção do capital baseado em riscos pelas operadoras:

Patrimônio líquido ajustado conforme IN 50/12

	2024
Patrimônio líquido	536.221
(-) Créditos tributários - Prejuízos Fiscais	(205.841)
(-) Despesas diferidas	(97.009)
(-) Despesas antecipadas	-
(-) Ativo Intangível	(328.889)
(=) Subtotal	(95.518)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	(95.518)
Capital Baseado em Risco (i)	(1.272.113)
Suficiência / (-) Insuficiência	(1.367.631)

- (i) Capital Baseado em Riscos (CBR): regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

20 Transações com partes relacionadas

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed e com o Grupo Oncoclínicas, sendo as principais:

a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou, em R\$ 16.013 (2023 R\$ 14.758).

b. O seguro de vida dos colaboradores da operadora, são contratados com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R\$ 1.333 (R\$ 614 em 2023).

c. Remuneração dos administradores

A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a estes Administradores totalizou o montante de R\$ 11.619 (R\$ 11.464 em 2023) e está dividida em: pró-labore dos Diretores: R\$ 7.877 (R\$ 7.731 em 2023), valor devido à presença dos Conselheiros: R\$ 3.742 (R\$ 2.187 em 2023), adicionalmente é concedido como benefícios aos administradores: previdência social: R\$ 1.575 (R\$ 1.546 em 2023), assistência médica dos Diretores: R\$ 311 (R\$ 233 em 2023) e seguro de vida e acidentes pessoais dos Diretores de R\$ 126 (R\$ 97 em 2023).

Os Administradores da Operadora ocupam cargos em outras cooperativas e empresas do Sistema Unimed conforme quadro abaixo:

DIRIGENTE	CARGO NA UNIMED NACIONAL	PARTE RELACIONADA	CARGO NA PARTE RELACIONADA
DIRETORIA ESTATUTÁRIA			
Luiz Paulo Tostes Coimbra	Presidente	Unimed Volta Redonda	Presidente do Conselho de Administração
José Augusto Ferreira	Diretor de Atenção à Saúde	Unimed Belo Horizonte	Médico Cooperado
Reinaldo Antônio Monteiro Barbosa	Diretor Financeiro	Unimed Guaratinguetá	Médico Cooperado
Walter Cherubim Bueno	Diretor de Mercado	Unimed Morrinhos	Médico Cooperado
Sarita Garcia Rocha	Diretora Administrativa, Técnica e de Operações em Saúde	Unimed Campo Grande	Médica Cooperada
CONSELHO FISCAL			
Francisco Otaviano de Amorim Viana	Conselheiro Fiscal	Unimed Vale do São Francisco/PE	Presidente
José Luis Crivellin	Conselheiro Fiscal	Unimed São José do Rio Preto	Médico Cooperado
Renato de Souza Gomes	Conselheiro Fiscal	Unimed São João Nepomuceno/MG	Presidente
Elias Hanna	Conselheiro Fiscal	Unimed Anápolis - GO	Presidente
Pedro José de Oliveira Melo	Conselheiro Fiscal	Unimed Caruaru-PE	Presidente
Ronaldo Scherer	Conselheiro Fiscal	Unimed Vale dos Sinos	Vice-Presidente
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
João Lian Júnior (Presidente do CA)	Atual Presidente do Conselho de Administração	Unimed Campinas	Presidente do Conselho de Administração
Gustavo Ribeiro Neves	Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração	Unimed Sorocaba	Presidente
Fabio Roberto da Silva Baptista	Conselheiro de Administração	Unimed São José dos Campos	Presidente
Fernando José Pinto de Paiva	Conselheiro de Administração	Unimed Natal	Presidente
Geraldo Eustáquio Pereira	Conselheiro de Administração	Unimed Itaúna	Presidente
Joé Gonçalves Sestello	Conselheiro de Administração	Unimed Nova Iguaçu	Presidente
José Renato Pizarro	Conselheiro de Administração	Unimed Catanduva	Presidente
Marcos Mantovani Chaves	Conselheiro de Administração	Unimed Cataguases	Diretor de Recursos Próprios
Sávio de Moraes	Conselheiro de Administração	Unimed Uberlândia	Conselheiro de Administração
Sebastião Carlos Lima Barbosa	Conselheiro de Administração	Unimed Centro Sul Fluminense	Presidente
Washington Luiz Ferreira Rios	Conselheiro de Administração	Unimed Goiânia	Presidente do Conselho de Administração

*Na data de 08 de novembro de 2024, foi celebrado em ata o pedido de saída da conselheira Dra. Maria de Lourdes Corrêa de Araújo.

21 Detalhamento das contas de resultado

a. Contraprestações líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Planos individuais e familiares	353.360	340.480	353.360	340.480
Planos coletivos (pré e pós)	8.256.818	7.535.131	8.256.818	7.535.131
Total Faturamento Contraprestações Líquidas	8.610.178	7.875.611	8.610.178	7.875.611

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS	(7.944)	(3.684)	(7.944)	(3.684)
COFINS	(50.452)	(22.670)	(50.452)	(22.670)
ISS	(119.037)	(106.324)	(119.037)	(106.324)
Total	(177.433)	(132.678)	(177.433)	(132.678)

c. Eventos indenizáveis líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Intercâmbio (*)	(4.772.371)	(4.157.820)	(4.772.371)	(4.157.820)
Rede credenciada	(6.244.337)	(6.220.257)	(6.244.337)	(6.220.257)
(-) Coparticipação	392.964	323.286	392.964	323.286
(-) Reembolsos a usuários	3.815.721	3.454.158	3.815.721	3.454.158
Ressarcimento ao SUS	(18.538)	(13.241)	(18.538)	(13.241)
Rede Própria	(175.927)	(47.721)	(175.927)	(47.721)
Total eventos conhecidos ou avisados	(7.002.488)	(6.661.595)	(7.002.488)	(6.661.595)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(174.109)	(93.206)	(174.109)	(93.206)
Total	(7.176.597)	(6.754.801)	(7.176.597)	(6.754.801)

* Para intercâmbio, a resolução normativa 528 prevê alterações na contabilização de corresponsabilidade cedida (grupo 3117) para o grupo de rede indireta (4116).

d. Receitas e despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	37.241	26.465	37.241	26.465
Outras receitas operacionais	13.538	40.214	13.538	40.214
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	50.779	66.679	50.779	66.679
Custo de ociosidade	(49.162)	(12.157)	(49.162)	(12.157)
Reversão/Provisão para Perdas Sobre Créditos	48.480	(76.284)	48.480	(76.284)
Despesa com prestação de serviços intercâmbio	(57.930)	(57.154)	(57.930)	(57.154)
Baixa de glosas	(2.009)	(261.415)	(2.009)	(261.415)
Diferença de tabela intercâmbio	(17.622)	(120.992)	(17.622)	(120.992)
Outras despesas operacionais	(60.727)	(52.066)	(60.727)	(52.066)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(138.970)	(580.068)	(138.970)	(580.068)
Receitas e despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	(88.191)	(513.389)	(88.191)	(513.389)

e. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Confecção de carteiras	(399)	(1.307)	(399)	(1.307)
Serviços médicos	(4.326)	-	(4.326)	-
Despesas c/ remoções e Home Care	(262.678)	(58.209)	(262.678)	(58.209)
Programa de promoção à saúde	(13.146)	(15.792)	(13.146)	(15.792)
Provisões/reversões para contingências	(92.764)	(31.911)	(92.764)	(31.911)
Despesas Judiciais Operacionais	(173.650)	(115.661)	(173.650)	(115.661)
Provisão/reversão para perdas sobre créditos	(67.551)	(85.337)	(67.551)	(85.337)
Baixa por perda	(17.273)	-	(17.273)	-
Provisão/reversão para perdas sobre Multas rescisórias	(35.881)	-	(35.881)	-
Outras	(18.096)	(45.815)	(19.287)	(45.815)
(-) Impostos sobre faturamento	12.065	63.256	12.065	63.256
Outras recuperações	-	-	-	(4)
Total	(673.699)	(290.776)	(674.890)	(290.780)

f. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	(305.728)	(293.497)	(305.728)	(293.614)
Serviços de terceiros	(211.270)	(157.282)	(211.270)	(157.282)
Localização e funcionamento	(63.327)	(45.272)	(63.327)	(45.755)
Despesas com publicidade e propaganda	(24.514)	(24.882)	(24.514)	(24.882)
Tributos - taxa de saúde suplementar	(8.104)	(8.931)	(8.104)	(8.931)
Multas e acréscimos moratórios	(10.005)	(21.853)	(10.005)	(21.853)
Indenização, custas processuais e provisões para contingências	(6.628)	(2.298)	(6.628)	(2.298)
Despesas com depreciação e amortização	(46.259)	(39.579)	(47.754)	(39.954)
Outras despesas	(18.513)	(17.397)	(19.586)	(17.397)
Perdas na alienação do imobilizado	-	-	(36.023)	-
Total	(694.348)	(610.991)	(732.939)	(611.966)

g. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras	96.654	110.653	96.654	110.653
Receitas com títulos privados	17.920	24.340	17.920	24.340
Valor justo por meio do resultado	9.134	9.731	9.134	9.731
Disponível para venda	1.164	1.167	1.164	1.167
Até o vencimento	7.622	13.442	7.622	13.442
Receitas com títulos públicos	-	1.826	-	1.826
Até o vencimento	-	1.826	-	1.826
Receitas com fundos de investimento	78.734	84.487	78.734	84.487
Valor justo por meio do resultado	78.734	84.487	78.734	84.487
Despesas financeiras	(3.787)	(5.482)	(3.787)	(5.482)
Despesas com títulos privados	(1.096)	(1.706)	(1.096)	(1.706)
Valor justo por meio do resultado	(1.096)	(1.706)	(1.096)	(1.706)
Despesas com fundos de investimento	(2.691)	(3.776)	(2.691)	(3.776)
Valor justo por meio do resultado	(2.691)	(3.776)	(2.691)	(3.776)
Resultado Financeiro c/ aplicações	92.867	105.171	92.867	105.171
Outras Receitas e Despesas Financeiras	(140.355)	(35.481)	(140.750)	(35.481)
Receita com depósitos judiciais	-	-	-	-
Atualização dos créditos tributários	3.327	7.938	3.327	7.938
Juros por recebimentos em atraso	10.373	12.279	10.373	12.279
Outras receitas financeiras	69.333	59.678	69.333	59.678
Despesas c/ empréstimos e financiamentos	(33.347)	(55.421)	(33.742)	(55.421)
Juros e multas s/ tributos	(23.302)	(2.304)	(23.302)	(2.304)
Pagamentos em atraso	(23.952)	(6.302)	(23.952)	(6.302)
Descontos concedidos	(18.139)	(32.156)	(18.139)	(32.156)
Despesas Bancárias	(107.396)	(15.759)	(107.396)	(15.759)
Arrendamentos	(9.990)	-	(9.990)	-
Outras despesas financeiras	(1.819)	(1.531)	(1.819)	(1.531)
Receita com depósitos judiciais	-	3.179	-	3.179
Variação monetária s/contingências	(5.443)	(5.082)	(5.443)	(5.082)
Resultado financeiro líquido	(47.488)	69.690	(47.883)	69.690

h. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita Patrimonial	54.016	77.174	117.446	77.072
Ganho por compra Vantajosa	-	16.728	-	16.728
Dividendos e rendimentos	-	24.585	-	24.585
Ajustes positivos de investimentos	13.000	-	-	-
Lucro na alienação de bens	-	37.395	-	37.395
Receitas patrimoniais	67.016	155.882	117.446	155.780
Despesa Patrimonial	(21.121)	(65.407)	(21.121)	(65.407)
Distribuição desproporcional	-	(20.489)	-	(20.489)
Prejuízo na alienação de bens	(95)	(8.940)	(95)	(8.940)
Despesas patrimoniais	(21.216)	(94.836)	(21.216)	(94.836)
Resultado Patrimonial	45.800	61.046	96.230	60.944

i. Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado tributável

Imposto de renda / CSLL	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações	(559.937)	(646.623)	(549.682)	(646.623)
(-) Sobras de atos cooperativos	(441.965)	(155.004)	(441.965)	(155.004)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	(117.972)	(491.619)	(107.717)	(491.619)
Adições	405.768	400.238	405.768	400.238
Diferenças temporárias – Contingências	212.691	118.779	212.691	118.779
Receitas de aplicações financeiras	71.685	78.597	71.685	78.597
Resultado de equivalência patrimonial	26.216	137.230	26.216	137.230
Provisão para perdas sobre créditos	72.550	50.715	72.550	50.715
Despesas não dedutíveis – administrativas	18.785	12.857	18.785	12.857
Provisão para participações no resultado – PLR	3.841	2.061	3.841	2.061
Exclusões	(241.599)	(230.445)	(241.599)	(230.445)
Diferenças temporárias – Contingências	(80.672)	(69.784)	(80.672)	(69.784)
Receitas Equivalência patrimonial	(67.016)	(101.760)	(67.016)	(101.760)
Despesas Administrativas	(1.220)	(1.696)	(1.220)	(1.696)
Despesas Financeiras	(90.630)	(50.323)	(90.630)	(50.323)
Reversão para participações no resultado – PLR	(2.061)	(6.883)	(2.061)	(6.883)
Subtotal	46.197	(321.825)	56.452	(321.825)
Compensação de base negativa	(13.859)	-	(13.859)	-
Base de cálculo	32.338	(321.825)	42.593	(321.825)
Imposto de renda alíquota 15%	4.851	-	6.389	-
Imposto de renda adicional de 10%	3.210	-	4.235	-
Contribuição social alíquota 9%	2.910	-	3.833	-
Tributos correntes	10.971	-	14.458	-
Alíquotas efetivas	-1,96%	0,00%	-2,63%	0,00%

22 Apresentação das demonstrações de sobras e perdas – Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004/17

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed. Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 59,43% (52,19% em 2023), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.



Unimed Nacional - Cooperativa Central
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024			2023		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	8.426.528	3.361.712	5.064.816	7.745.202	3.143.647	4.601.555
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	8.603.961	3.432.498	5.171.463	7.877.881	3.197.476	4.680.405
Contraprestações líquidas	8.610.178	3.434.978	5.175.200	7.875.612	3.195.207	4.680.405
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(6.217)	(2.480)	(3.737)	2.269	2.269	-
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(177.433)	(70.786)	(106.647)	(132.678)	(53.829)	(78.849)
Eventos indenizáveis líquidos	(7.176.597)	(3.073.563)	(4.103.034)	(6.754.801)	(2.600.326)	(4.154.475)
Eventos conhecidos ou avisados	(7.002.488)	(2.998.996)	(4.003.492)	(6.661.596)	(2.565.216)	(4.096.380)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(174.109)	(74.567)	(99.542)	(93.206)	(35.111)	(58.095)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.249.931	288.149	961.782	990.402	543.321	447.081
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	69.849	27.866	41.983	45.479	18.451	27.028
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	50.779	32.803	17.976	66.679	43.077	23.602
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	10.709	6.302	4.407	2.982	2	2.980
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	26.532	26.325	207	23.483	23.349	134
Outros ingressos/receitas operacionais	13.538	176	13.362	40.215	19.726	20.489
Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(673.699)	(268.769)	(404.930)	(290.775)	(117.970)	(172.805)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(570.089)	(227.434)	(342.655)	(256.627)	(104.116)	(152.511)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(13.146)	(5.244)	(7.902)	(15.792)	(6.407)	(9.385)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	30.241	12.064	18.177	66.980	27.174	39.806
Provisão para perdas sobre créditos	(120.705)	(48.155)	(72.550)	(85.337)	(34.622)	(50.715)
Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(138.970)	(57.792)	(81.178)	(580.069)	(276.714)	(303.355)
Resultado bruto	557.890	22.257	535.633	231.715	210.165	21.550
Dispêndios/despesas de comercialização	(415.401)	(165.722)	(249.679)	(401.149)	(162.750)	(238.399)
Dispêndios/despesas administrativas	(694.348)	(277.005)	(417.343)	(604.458)	(245.234)	(359.224)
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial	(551.859)	(420.470)	(131.389)	(773.891)	(197.819)	(576.072)
Resultado financeiro líquido	(47.488)	(18.945)	(28.543)	69.690	28.274	41.416
Receitas financeiras	179.687	71.685	108.002	193.727	78.597	115.130
Despesas financeiras	(227.175)	(90.630)	(136.545)	(124.037)	(50.323)	(73.714)
Resultado patrimonial	45.800	-	45.800	61.045	16.728	44.317
Receitas patrimoniais	67.016	-	67.016	155.882	16.728	139.154
Despesas patrimoniais	(21.216)	-	(21.216)	(94.836)	-	(94.836)
Resultado antes dos impostos e participações	(553.547)	(439.415)	(114.132)	(643.156)	(152.817)	(490.339)
Imposto de renda	(6.812)	-	(6.812)	308	-	308
Contribuição social	(2.460)	-	(2.460)	100	-	100
Impostos Diferidos	65.447	-	65.447	64.820	-	64.820
Participações no resultado	(6.390)	(2.549)	(3.841)	(3.468)	(1.407)	(2.061)
Sobra líquida do exercício	(503.762)	(441.964)	(61.798)	(581.394)	(154.223)	(427.171)

23 Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2024	2023	2024	2023
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	18.160	18.518	-	-
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	-	-	234.831	229.485
Total	18.160	18.518	234.831	229.485
EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2024	2023	2024	2023
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	7.300.632	6.894.389	-	-
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	(254.772)	(151.239)	(65.515)	(81.555)
Total	7.045.860	6.743.150	(65.515)	(81.555)

24 Conciliação entre a perda líquida e o fluxo de caixa das atividades operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Perda líquida do exercício	(503.763)	(581.394)	(496.733)	(590.364)
Ajustes para:				
(+) Depreciação	3.521	4.366	3.521	4.366
(+) Amortização	42.739	35.213	42.739	35.213
(+) Juros sobre empréstimos	33.347	55.421	33.347	55.421
(+) / (-) Equivalência Patrimonial	45.895	(8.722)	45.895	(8.722)
(+) / (-) PPSC	(72.225)	(148.058)	(72.225)	(148.058)
(-) Resultado da venda de imobilizado	-	(37.394)	-	(37.394)
(-) Juros de Aplicações financeiras	(4.575)	(44.866)	(4.575)	(44.866)
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	-	(28.151)	-	(28.151)
Total	(455.062)	(753.583)	(448.032)	(762.554)
(Acréscimo) / Decréscimo de ativos				
(+) / (-) Aplicações Financeiras	(31.281)	124.756	(31.281)	124.756
(+) / (-) Créditos de Operações com Planos	(59.558)	(226.726)	(59.558)	(226.726)
(+) / (-) Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	10.097	10.501	10.099	10.499
(+) / (-) Despesas Diferidas	73.304	(6.426)	73.304	(6.426)
(+) / (-) Créditos Tributários e Previdenciários	4.343	33.748	4.343	33.748
(+) / (-) Bens e títulos a receber (**)	(187.998)	262.070	(82.190)	295.424
(+) / (-) Despesas Antecipadas	1.645	3.747	1.645	3.747
(+) / (-) Outros Valores e Bens	-	1.804	-	1.804
TT Variações Ativas	(189.448)	203.474	(83.638)	236.826
Acréscimo / (Décrécimo) de passivos				
(+) / (-) Provisões Técnicas	207.100	304.390	207.099	304.391
(+) / (-) Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13.252	30.008	13.252	30.008
(+) / (-) Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	52.705	(53.771)	(52.656)	(53.032)
(+) / (-) Provisões	954	(2.033)	(954)	(2.292)
(+) / (-) Tributos e Contribuições a Recolher	16.603	1.263	19.828	1.263
(+) / (-) Conta-Corrente de Cooperados	4.552	-	4.552	-
(+) / (-) Débitos Diversos (**)	438.057	385.206	427.656	359.898
(+) / (-) Outros Pagamentos Operacionais (**)	(5.262.028)	(207.085)	(5.262.028)	(207.085)
TT Variações Passivas	(4.528.805)	457.978	(4.643.251)	433.152
Caixa líquido das atividades operacionais	(5.173.315)	(92.131)	(5.174.922)	(92.576)

(**) Alterações para melhor apresentação dos saldos contábeis em 2023 sem impactos no saldo final.



* * *

Diretoria

Dr. Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor Presidente

Dr. José Augusto Ferreira
Diretor de Atenção à Saúde

Dr. Reinaldo Antônio Monteiro Barbosa
Diretor Administrativo e Financeiro

Dr. Walter Cherubim Bueno
Diretor Comercial e Marketing

Dr^a. Sarita Rocha Garcia
Diretor Técnico Operacional

Atuário

Dmitri Oliveira da S Santos
Atuário MIBA 2.559

Contador

Alexandre Luiz Grecco
CRC 1SP217581